



Realização



Patrocínio

Apoio









II CNPFA: o evento certo na hora certa

O sucesso do Congresso é um alento ao avanço da política agrária e à valorização dos PFAs

O II CNPFA encerrou o ano de 2016 com chave de ouro e temos motivos de sobra para comemorar. A participação da Carreira de Perito Federal Agrário (PFA) deu vida e voz ao Congresso. O alto nível do conteúdo apresentado, a expertise dos palestrantes, as experiências de outros países e os debates realizados conseguiram colocar em evidência a governança agrária como proposta concreta de política pública de Estado e aprofundar a discussão sobre o campo de atuação e a valorização profissional do PFA. O evento contou ainda com uma organização que pensou em cada detalhe para que os participantes e palestrantes conseguissem absorver toda a temática apresentada.

Nosso 'cartão de visitas', que é como entendemos um evento dessa natureza, ficou ainda mais destacado com duas conquistas políticas importantes: o recebimento do Registro Sindical - instrumento buscado desde 2012, que representa o reconhecimento do Estado de que o SindPFA é o legítimo representante da categoria - , além da aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei que dispõe sobre a recomposição salarial dos PFAs até 2019.

A realização do II CNPFA foi uma oportunidade para promover o resgate da nossa motivação enquanto servidores e reacendeu o ânimo político-sindical de dirigentes e filiados. As discussões do evento destacaram a participação e o papel dos PFAs na gestão fundiária nacional, sempre dispostos a discutir a política pública.

O tema do Congresso - Governança agrária como política de Estado - permitiu aos participantes focar na construção de diretrizes gerais para atuação do SindPFA e na contribuição que a Carreira pode dar ao



Os congressistas, em uma plenária amplamente democrática e representativa, aprovaram mais de 20 diretrizes estratégicas que visam a fortalecer as políticas para a governança agrária e a construção de uma nova institucionalidade, em favor da sociedade e da valorização profissional dos Peritos Federais Agrários, por meio da inserção nas agendas das políticas de governança dos solos e do desenvolvimento rural sustentável.

Não ignoramos que a instituição em que atuamos, como boa parte do serviço público no Brasil, passa por dificuldades, impelindo-nos a um novo modo de lidar com a coisa pública. Ao mesmo tempo, essa realidade nos desafia a adquirir um posicionamento mais proativo para que a Carreira contribua sempre com a política pública a que estamos vinculados.

Isso demandará de todos nós um permanente processo de profissionalização, pessoal e coletiva. Precisamos estar atentos, coesos e prontos para nos tornarmos os Peritos Federais Agrários que acreditamos que o Estado brasileiro precisa.

Almejamos que esta revista do II CNPFA seja instrumento valioso não apenas para registrar a grandeza do que foi vivido nele, mas também para arregaçarmos as mangas e fazermos a nossa parte para superar os desafios e quebrarmos os paradigmas que ainda impedem a construção de uma nova realidade.

Boa leitura!



Expediente



SBN Quadra 1 Bloco D Ed. Palácio do Desenvolvimento Sala 2006 • Asa Norte • Brasília-DF | CEP: 70.057-900 Fone: (61) 3327-1210 | www.sindpfa.org.br CNPJ no 15.021.685/0001-20

Redação:

Ana Maria Faria do Nascimento André Fernando Dosualdo Emerson Leopoldo Lima de Alencar Kássio Alexandre Borba Natália Ribeiro Pereira Sávio Silveira Feitosa

Revisão:

Ana Maria Faria do Nascimento Kássio Alexandre Borba Marcela Boaventura Campos Rocha da Cunha Natália Ribeiro Pereira Sávio Silveira Feitosa

Jornalistas responsáveis:

Kássio Alexandre Borba Natália Ribeiro Pereira

Comissão Organizadora do II CNPFA:

Ana Maria Faria do Nascimento (Santa Catarina) André Fernando Dosualdo (São Paulo) Emerson Leopoldo Lima de Alencar (Médio São Francisco) Emanuel Oliveira Pereira (Sergipe)

Equipe de Trabalho do SindPFA no II CNPFA:

Coordenador Executivo: Kássio Alexandre Borba Secretária: Gleiciane Mota dos Santos Analista de Eventos: Cléia Nunes de Oliveira Assistente Administrativo: Wesley Valeriano Ferreira Estagiária de Comunicação: Karolyne Antunes de Souza

Fotos:

Hélio Montferre Karolyne Antunes de Souza

Projeto gráfico e editoração:

Curupira Design

Tiragem:

3 mil exemplares

Diretoria Colegiada 2016-2018:

Diretor Presidente: Sávio Silveira Feitosa (Brasília) Substituto: João Daldegan Sobrinho (Brasília)

Diretoria Financeira: Camila Alves Batista (Brasília) Substituta: Débora Santana Torres (Brasília)

Diretoria de Comunicação e Marketing:

Daniel Barreto Gorelik (Rio Grande do Sul)

Suplente: Edgar Paulino de Sousa (Santa Catarina)

Diretoria de Formação Profissional:

Djalmary de Souza e Souza (Amazonas)

Suplente: Luber Kátia de Oliveira Neto (Rondônia)

Diretoria de Política Sindical:

Emanuel Oliveira Pereira (Sergipe)

Suplente: Deivison de Jesus Barbosa (Rio de Janeiro)

Diretoria de Relações Institucionais e Políticas Públicas:

Geraldino Gustavo de Queiroz Teixeira (Tocantins) Suplente: Cândido Neto da Cunha (Santarém/PA)

Diretoria de Assuntos Jurídicos:

Renato Faccioly de Aguiar (Médio São Francisco) Suplente: Teresinha de Jesus Alves Aguiar (Piauí)

Diretoria de Aposentados e Pensionistas:

Tiago de Melo (Goiás)

Suplente: Mariana Rodrigues dos Santos (Mato Grosso)

Diretoria Colegiada 2014-2016 (na realização do II CNPFA):

Diretor Presidente: Sávio Silveira Feitosa (Brasília) Substituto: Leonardo Queiroz da Silva (Brasília)

Diretoria Financeira:

Gervânia Aparecida da Silva Lobo (Brasília) Substituta: Lucila Nunes de Vargas (Brasília)

Diretoria de Comunicação e Marketing:

Sebastião Cunha Parreira (Brasília)

Diretoria de Política Sindical:

Gilmar do Amaral (Santa Catarina) Suplente: André Parisi Conde (São Paulo)

Diretoria de Relações Institucionais e Políticas Públicas:

Ederson Littig Bruscke (Rondônia)

Diretoria de Assuntos Jurídicos:

Luciano Rodrigues da Silva (Tocantins)

Suplente: Martfran Albuquerque de Sousa (Maranhão)

Diretoria de Aposentados e Pensionistas:

Teresinha de Jesus Alves Aguiar (Paraíba)

Delegados Sindicais 2016-2018:

Brasília: Renato Alves Caixeta Suplente: Sebastião Cunha Parreira **Pará:** Joseane Alves Lima de Silva

Suplente: Raimundo Dárcio Lisboa Fernandes **Ceará:** Neyla Diógenes de Mendonça Andrade Suplente: Heliel Atila de Oliveira Saraiva **Pernambuco:** Alexandre da Silva Cavalcanti

Suplente: Hélio de Souza Lusquinos

Goiás: Tiago de Melo

Suplente: Oracy Alves da Silva

Rio de Janeiro: Deivison de Jesus Barbosa

Suplente: Jobson João de Lyrio **São Paulo:** André Parisi Conde Suplente: Reginaldo Toledo Ruiz **Paraná:** Lineu Erlei D'Agostin Suplente: Edevar Perin

Santa Catarina: Edgar Paulino de Sousa

Suplente: Pedro Bem Silva

Rio Grande do Sul: Daniel Barreto Gorelik Suplente: Rubem Marcos de Oliveira Brizola

Maranhão: Glauco Lima de Oliveira Suplente: Wendel Brito Costa

Mato Grosso: Mariana Rodrigues dos Santos Suplente: Carlos Eduardo Barbieri Gregório

Acre: Jeferson Cunha de Sousa

Suplente: Pedro Gomes de Oliveira Júnior **Amazonas:** Djalmary de Souza e Souza Suplente: Keila Christina Bernardes **Rondônia:** Luber Kátia de Oliveira Neto

Suplente: Fabiane Bertotti

Paraíba: Teresinha de Jesus Alves Aguiar Suplente: Eduardo Vasconcelos de Medeiros

Rio Grande do Norte: Wildjaime de Bergaman M. de Araújo

Espírito Santo: Luciano Ribeiro Braga Suplente: Ricardo de Castro Rosa **Amapá:** Allan Vinicius Pires Lisboa

Suplente: Marcos José do Espirito Santo Quadros

Alagoas: Fábio Leite Araújo
Suplente: Gabriel Silveira Arruda
Sergipe: Emanuel Oliveira Pereira
Suplente: Bruno Gomes Cunha
Piauí: Cláudia Maria Cesar de Araújo
Suplente: Miguel Reginaldo Teixeira da Silva
Roraima: Márcia Aline Silva de Almeida
Tocantins: Geraldino Gustavo de Queiroz Teixeira

Suplente: José Joaci Vieira Moreira

Marabá-PA: Helberth Braz Fernandes

Suplente: Cleber Silva Dias

Distrito Federal e Entorno: Jobelino Coelho de Araújo **Médio São Francisco:** Renato Faccioly de Aguiar

Suplente: Adalberto Campinho da Silva **Santarém-PA:** Cândido Neto da Cunha Suplente: Rodrigo Vieira Benaduce

Conselho Fiscal 2016-2018:

Emerson Leopoldo de Alencar (Médio São Francisco) Suplente: Francisco Miguel Manovel Marote (São Paulo) Paulo Leite Pinheiro (Distrito Federal e Entorno) Suplente: Martfran Albuquerque de Sousa (Maranhão) Carlos Shigeaky Weky Silva (Brasília)

Carlos Shigeaky Weky Silva (Brasilia) Suplente: Lucila Nunes de Vargas (Brasília)w

Delegados Sindicais 2014-2016 (na realização do II CNPFA):

Brasília: Sebastião Cunha Parreira Suplente: Renato Alves Caixeta

Pará: Raimundo Dárcio Lisboa Fernandes Suplente: Joseane Almeida Lima da Silva **Pernambuco:** Bruno Henrique de Aguiar Moura

Suplente: Júlio Guilherme da Costa Lima **Goiás:** Flávio Henrique Moreira

Suplente: Oracy Alves da Silva **Bahia:** Mário César Gomes

Suplente: Charles Santos de Matos

Rio de Janeiro: Vanilton Ribeiro dos Santos

São Paulo: André Parise Conde Suplente: Reginaldo Toledo Ruiz

Paraná: Fabrício Melfi

Suplente: Daniel Simeone de Oliveira **Santa Catarina:** Gilmar do Amaral Suplente: Edgar Paulino de Sousa

Rio Grande do Sul: Reginaldo Escobar Vieira Suplente: Rubem Marcos de Oliveira Brizola **Maranhão:** Martfran Albuquerque de Sousa Suplente: Cristian Fábio Pantoja de Oliveira

Acre: Jeferson Cunha de Souza

Amazonas: Djalmary de Souza e Souza

Suplente: Keila Christina Bernardes

Mato Grosso do Sul: Roone Maicon Gonçalves Martins

Rondônia: Ederson Littig Bruscke **Paraíba:** Teresinha de Jesus Alves Aguiar Suplente: Eduardo Vasconcelos de Medeiros

Rio Grande do Norte: Hélio José da Penha Filgueira Pinheiro

Suplente: Wildjaime de Bergaman Medeiros de Araújo

Espírito Santo: Luciano Ribeiro Braga Suplente: Ricardo de Castro Rosa Amapá: Ivanoel Marques de Oliveira Suplente: Allan Vinicius Pires Lisboa

Alagoas: Gabriel Silveira Arruda
Sergipe: Bruno Gomes da Cunha
Suplente: Emanuel Oliveira Pereira
Piauí: Cláudia Maria Cesar de Araújo
Tocantins: Luciano Rodrigues da Silva

Suplente: Geraldino Gustavo de Queiroz Teixeira

Marabá-PA: Adelson Teles de Carvalho Suplente: José de Sousa Costa Júnior

Distrito Federal e Entorno: Jobelino Coelho de Araújo

Suplente: Ricardo de Araujo Pereira

Médio São Francisco: Emerson Leopoldo Lima de Alencar

Santarém-PA: Cândido Neto da Cunha

Conselho Fiscal 2014-2016:

Carlos Shigeaki Weky Silva (Brasília)

Suplente: Francisco Miguel Manovel Marote (São Paulo)

Paulo Leite Pinheiro (Distrito Federal e Entorno)

Suplente: Andrelina de Jesus A. Aranha (Distrito Federal e Entorno)

Angelina Rosado Tunes (Brasília)

Suplente: Renato Faccioly de Aguiar (Médio São Francisco)







Sumário

Introdução > 8 Solenidade de abertura > 10 Palestra de abertura/ Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas > 13 Homenagem aos ex-presidentes > 16 Mesa redonda/ Os desafios para uma efetiva governança agrária no país > 18 Painel/ De olho no futuro do meio rural: uma análise sobre as transformações no campo > 22 Mesa redonda/ Sobreposição de políticas públicas na governança agrária > 26 Mesa redonda/ O desafio institucional de integração dos sistemas de informações sobre o meio rural brasileiro > 29 Palestras/ Mercados de terras e governança agrária > 36 Palestras internacionais/ Experiências de gestão territorial em outros países > 40 Painel/ Uma nova institucionalidade para a governança agrária > 46 Mesa redonda/ Política de carreira, desenvolvimento e valorização profissional > 50 Grupos de trabalho > 54 Plenária final e deliberações do Congresso > 56 Solenidade de Posse > 60 Concurso de Trabalhos > 62 Atividades culturais > 66 I Encontro Nacional das Peritas Federais Agrárias > 68 Avaliação do II CNPFA > 70 Comissão Organizadora > 74 Equipe de trabalho > 76



Entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2016, o Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA) realizou, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), a segunda edição do Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários (II CNPFA), o maior evento já realizado para - e pelos - Peritos Federais Agrários (PFAs).

O Congresso, de acordo com o Estatuto do Sindicato, é responsável por definir "as diretrizes gerais e propostas de atuação do SindPFA" e se tornou o maior espaço de interação e troca de experiências entre os profissionais da Carreira.

O II CNPFA começou a ser organizado em março de 2016, a partir de deliberação da Diretoria Colegiada do SindPFA. Com a constituição de uma Comissão Organizadora, foram preparados o texto-base, o regimento e a programação inicial do Congresso. Além disso, foram feitas as escolhas dos PFAs que representaram as regionais como delegados, a preparação de local e infraestrutura, a busca de apoio e patrocínio, o deslocamento e a hospedagem dos participantes.

O evento foi planejado para ser um marco para a categoria, o governo e a sociedade - como uma vitrine para uma ampla reflexão sobre a atuação dos PFAs numa nova institucionalidade - e ser um instrumento político valioso que pudesse se converter em valorização profissional.

A segunda edição do Congresso apresentou como tema principal a gestão fundiária, ambiental e social do uso da terra do Brasil como política prioritária de Estado, destacando a participação e o papel dos PFAs para uma efetiva governança agrária.

Governança agrária é o conjunto de regras, processos e organizações pelas quais se determina o acesso e o uso da terra num país. O termo envolve as políticas, a legislação, as regulamentações, os programas, as instituições e relações organizacionais, a capacidade de implementação de políticas, a disponibilidade de pessoal e os sistemas de informações. O conjunto do sistema de governança agrária é projetado para encorajar um programa que atenda as necessidades dos menos favorecidos, gere segurança aos posseiros, reconheça direitos de propriedade e direitos costumeiros não oficiais.

Não há dados concretos que avaliem com precisão a ocupação territorial do Brasil, o que dificulta o estabelecimento de políticas específicas. O elevado número de atores institucionais que possuem interface direta e indireta com a governança agrária - dispersos e sem uma atuação integrada - , somado à grande quantidade de legislação afeta a esse tema - desatualizada e, por vezes, conflitantes - intensificam os problemas advindos de uma frágil governança agrária.

Essa realidade exige a adoção de medidas urgentes visando à integração, não só dessas instituições, mas, também, do fragmentado arcabouço legal.

Nessa direção, a Carta de Brasília, resultado da Conferência da Governança do Solo, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no período de 25 a 27 de março de 2015, aponta que "a ausência de revisão e de consolidação das normas que disciplinam a organização do território, o acesso aos recursos fundiários, o direito de propriedade de imóveis rurais e as ações de promoção do uso sustentável do solo e da água geram lacunas, sobreposições e outras ineficiências. Além disso, dificultam o estabelecimento de uma base para a boa governança da organização territorial e do acesso aos recursos fundiários."

Paralelamente, demandas sociais e econômicas transformam cada vez mais a agenda do campo. Assim, são colocados em foco temas antes pouco debatidos e que exigem outros produtos, serviços e valores que se somam à produção agropecuária: fontes de energia alternativas, serviços ambientais, conservação do solo, produção de água, preservação de vegetação nativa e da biodiversidade, condições para a reprodução social de sociedades e culturas tradicionais e quilombolas, controle das mudanças climáticas e diminuição das diferenças regionais. Trata-se do novo conceito de multifuncionalidade do espaço rural.

Atender às diferentes demandas sociais e aos grupos de interesse envolvidos no espaço rural exige atuação do Estado na regulação do uso da terra e da propriedade rural. A essência da nova agenda do desenvolvimento rural é caracterizada por viabilizar desenvolvimento econômico com sustentabilidade e as novas demandas e valores do consumo global, novas legislações internacionais de uso dos recursos naturais e metas de controle climático.

Estabelecer a governança necessária para cumprir papéis tão diferentes e potencialmente conflitantes no uso da propriedade rural - num contexto em que os países defendem ora os princípios do livre comércio e ora praticam o protecionismo, ao sabor das conveniências econômicas e políticas - constitui, no entendimento do SindPFA, a nova questão agrária do século XXI.

A promoção do desenvolvimento sustentável necessita de uma efetiva governança agrária que, para sua viabilização, exige o estabelecimento de instrumentos de ordenamento territorial, de regularização fundiária e de monitoramento do mercado de terras. Para tanto, é necessário um aparato integrado e fortalecido, que articule as diversas instituições responsáveis pela situação fundiária do país, visando à sustentabilidade do uso do solo, da água e da biodiversidade, o acesso à terra e, ainda, a segurança alimentar.

Essa nova institucionalidade, que deve ser nacional e ter presença em todos os estados da Federação, necessita integrar os sistemas de informações cadastrais e geoespaciais das diversas instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro.

O SindPFA tem uma visão clara do problema e defende que a governança agrária é estratégica para o desenvolvimento do país. Dada a *expertise*, formação e atuação desses profissionais, a contribuição ao processo de criação da nova institucionalidade é de extrema importância.

Assim, o II CNPFA promoveu a discussão do tema nos seguintes eixos:

- Desafios para a governança agrária no país;
- Modelo institucional necessário de governança agrária como política de Estado; e
- Política de carreira, desenvolvimento e valorização profissional.

As diversas atividades do evento, narradas a seguir, trouxeram mais clareza ao que precisa ser feito para alcançar o ideal proposto na temática principal.

SindPFA recebe o **Registro**Sindical na abertura do II CNPFA

Pedido do registro tramitava no MTE desde 2012 e representava o último passo para a formalização do Sindicato como entidade representativa dos PFAs

A abertura da segunda edição do Congresso Nacional dos Peritos Agrários (II CNPFA) foi realizada na noite do dia 28 de dezembro de 2016, com a participação de mais de 200 profissionais da Carreira, delegados eleitos para o Congresso, além de autoridades e convidados.

Compuseram a mesa da solenidade o Presidente do Incra, Leonardo Góes Silva, o Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead), Jefferson Coriteac, o Coordenador-Geral Substituto de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Renato Araújo Júnior, o Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei dos Santos Marques, o Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Silveira Feitosa, e o Assistente do Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Gustavo Chianca.

O Presidente do Incra, **Leonardo Góes**, destacou o orgulho em participar da solenidade, por ser membro da Carreira. Leonardo ressaltou ainda que, apesar do momento de dificuldade pelo qual passa o Incra, o corpo técnico tem capacidade de fazer autocrítica e caminhar para o novo momento da governança fundiária, no qual os Peritos Federais Agrários têm um papel importante. Além disso, enfatizou a atuação do Incra na América Latina e Caribe no cumprimento das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra. "Espero que o trabalho do Congresso seja propositivo e que resulte numa pauta clara para que a Direção do Incra possa incorporar", destacou.

Em seguida, o Secretário Adjunto da Sead, **Jefferson Coriteac**, ressaltou a importância do Sindicato para a organização de trabalhadores. Jefferson falou sobre a importância de trocar experiências e aproveitar o momento desse debate, durante os quatro dias de Congresso. De acordo com o Secretário, o Brasil precisa de trabalhadores que olhem para as terras e as fronteiras do país, papel que é desempenhado pelos PFAs.



O Coordenador-Geral Substituto de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, **Renato Araújo Júnior**, trouxe a grande surpresa da noite: o anúncio do deferimento, pelo Ministério do Trabalho, e da publicação do Registro Sindical do SindPFA, reconhecendo-o como entidade representativa da Carreira de Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ativos, aposentados e pensionistas, com abrangência nacional.

O Presidente do Fonacate, **Rudinei Marques**, parabenizou o Sindicato pela conquista, enfatizando a certeza de que a entidade fará bom uso da Carta Sindical, em prol da categoria. Rudinei destacou que o Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Feitosa, tem sido "parceiro de primeira ordem em todas as atividades do Fórum". O Presidente do Fonacate elogiou a construção da programação do Congresso, que tem como foco não apenas de pautas corporativas, mas também institucionais.

Por último, o Diretor Presidente do SindPFA, **Sávio Feitosa**, destacou que os PFAs têm um papel fundamental na gestão territorial brasileira, embora o Incra, como boa parte do serviço público no Brasil, passe por dificuldades e o ambiente de trabalho esteja permeado pelo negativismo e pela desconfiança. "O II CNPFA é uma oportunidade real para promover o resgate da motivação dos servidores", acrescentou.

Feitosa ressaltou que a realização do Congresso é uma demonstração do quanto os PFAs estão dispostos a discutir políticas públicas. "Nossa Carreira tem propostas para o país que dialogam com as necessidades da sociedade; nossa Carreira existe em função de uma necessidade do Estado brasileiro: a de governar e gerir as terras", afirmou. Ainda de acordo com o Diretor Presidente do Sindicato, "temos um quadro profissional de qualidade que poderá fomentar uma política agrária de vanguarda". Finalmente, Sávio convocou os colegas a estarem atentos e coesos, prontos para a atender a essa demanda.



Palestra de Abertura



FAO apresenta as **Diretrizes Voluntárias** para a Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas

O tema deste Congresso está no coração da FAO, disse Gustavo Chianca

Os debates do II CNPFA começaram no dia 28 de novembro de 2016, após a cerimônia de abertura. O assistente do Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, **Gustavo Chianca**, apresentou a palestra *Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas (DVGT)*.



A apresentação e o vídeo de Gustavo Chianca estão disponíveis na página do Congresso na internet. Acesse **sindpfa.org.br**

De acordo com Gustavo Chianca, a governança agrária como política de Estado, tema do Congresso, está entre um dos assuntos mais importantes discutidos pela FAO. Por isso, trouxe alguns dados dos estudos realizados pela organização, entre eles o desafio que diz respeito à segurança alimentar. Afinal, em 2050 serão 9,1 bilhões de pessoas no mundo, 34% a mais do que hoje, sendo que 70% será urbana. Sendo assim, para alimentar o mundo e erradicar a fome será preciso aumentar a produção mundial de alimentos com sustentabilidade. Para a FAO, existem hoje 795 milhões de pessoas que passam fome no mundo, isso significa 1 em cada 9 pessoas. Entretanto, segundo Chianca, já é possível perceber em todo o mundo o desenvolvimento de políticas capazes de ajudar a melhorar a segurança alimentar e a situação da fome.

Em um dos estudos produzidos pela FAO e realizado no Brasil, verificou-se que o país, em 2014, conseguiu sair do mapa da fome, tendo menos de 5% de população nesta situação. Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, quando esse índice é inferior a 5%, não se trata de uma situação estrutural. Entretanto, o esforço deve ser para chegar a zero, o que demanda políticas para os grupos específicos. Verifica-se que, na América Latina, esse empenho tem sido muito grande e espera-se que até 2025 a fome seja erradicada. O Brasil tem potencial para ser o principal fornecedor de alimentos do mundo e responder ao aumento da demanda global de importações de *commodities*; mas boa parte da produção abastece a demanda interna e é oriunda da agricultura familiar. As oportunidades estão em alta para agricultores familiares em produtos-chave como café, frutas tropicais, suínos e aves.

Gustavo Chianca destacou o documento *Diretrizes* Voluntárias - em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional - produzido pela FAO, com o objetivo de servir de referência e proporcionar orientação para melhorar a governança da posse da terra, da pesca e dos bosques.

O que se entende por posse?

Os sistemas de posse definem e regulam a forma na qual as pessoas, comunidades e outros atores conseguem acesso aos recursos naturais, seja por meio de dispositivos jurídicos formais ou mediante acordos informais. As regras que governam a posse estabelecem quem pode usar que recurso, por quanto tempo e em que condição. Tais regras podem basear-se tanto em políticas e leis escritas, quanto em costumes e práticas não escritas.

O documento foi ratificado em 2012 e está baseado em uma série de consultas públicas realizadas entre 2009 e 2010 em diferentes países. As Diretrizes servem como referência e estipulam princípios e normas que são aceitas internacionalmente para as práticas responsáveis da governança fundiária. Constituem um marco que os Estados podem utilizar para elaborar as próprias estratégias, políticas, legislação, programas e atividades. Permitem aos governos, à sociedade civil, ao setor privado e aos cidadãos julgarem se as ações que se propõem a realizar constituem práticas aceitáveis.

No que se refere à insegurança do direito de posse da terra, destaca-se que os sistemas de posse estão expostos a tensões crescentes ante a exigência de garantir a segurança alimentar para um população mundial em expansão, em circunstâncias nas quais a disponibilidade de terras, de recursos pesqueiros e de florestas se vê reduzida pela degradação ambiental e a mudança climática.

Essa insegurança se traduz em um aumento da vulnerabilidade, da fome e da pobreza, podendo conduzir a conflitos e a degradação ambiental, quando os atores envolvidos lutam para assegurar o controle desses recursos. Assim, a governança da posse da terra é essencial para determinar o modo que as pessoas, as comunidades e outros atores adquirem direitos e responsabilidades para o uso e controle da terra, da pesca e das florestas. Isso aumenta a resiliência daqueles que usam e vivem da terra.

De acordo com os princípios gerais de governança responsável de posse, os Estados devem reconhecer e respeitar todos os titulares de direitos de posse legítimos, além de promover e facilitar o exercício destes direitos, salvaguardá-los de ameaças e infrações e proporcionar o acesso à justiça para lidar com violações de posse.

O expositor considera que o Brasil é uma liderança na adoção das Diretrizes Voluntárias, pois tem trabalhado com cadastro, posse, regularização fundiária, com comunidades específicas, e talvez esteja mais evoluído que outros países. Considera que a governança da terra é um tema moderno, mas 198 países já aderiram às Diretrizes Voluntárias. O que se espera é que, no futuro, as populações possam usufruir de tudo que o que dispomos hoje, que possam se alimentar de forma digna e sustentável. "Todos querem alimentos mais saudáveis, ter uma vida mais saudável e ter mais felicidade. A sociedade está evoluindo para esses conceitos cada vez mais fortes e as instituições também estão procurando se enquadrar nesse sistema", finalizou Gustavo Chianca.

II CNPFA lembra com gratidão daqueles que já representaram a categoria

Ex-presidentes da Assinagro e do SindPFA receberam troféus em reconhecimento ao trabalho à frente das entidades

Na Solenidade de abertura, o SindPFA fez memória e agradeceu aos profissionais que já estiveram à frente da categoria, homenageando, com troféus, os ex-presidentes do Sindicato e da Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra (Assinagro) - que o precedeu - , por suas valorosas contribuições à Carreira.

O PFA aposentado **Jorge Luis Silva Furtado** (Amapá), foi o primeiro a receber a homenagem, como fundador da Assinagro e primeiro Diretor Presidente, por duas gestões, de 1999 a 2003. Nesse período, foi criada a Carreira de Perito Federal Agrário pela Lei nº 10.550/2002. Jorge também foi Delegado no II CNPFA por sua regional.

Em seguida, recebeu o agradecimento o Perito Federal Agrário aposentado **Emival Lopes** (Goiás), que foi Diretor Presidente da Assinagro também por duas gestões, de 2003 a 2007.

Logo após, o hoje Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, **Wellington José Fernandes** - que se deslocou de São Paulo para prestigiar o evento - , recebeu a homenagem por ter sido Diretor Presidente da Assinagro de 2007 a 2009.

Foi contemplado, em seguida, **Gilmar do Amaral** (Santa Catarina), Diretor Presidente da Assinagro de 2009 a 2011. No último ano de sua gestão, foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos PFAs (I CNPFA), evento no qual se decidiu transformar a entidade em Sindicato. Gilmar também participou do II Congresso como Delegado.



No dia seguinte, **Ricardo de Araujo Pereira** (Distrito Federal e Entorno) foi homenageado pelo trabalho como Diretor Presidente da Assinagro, de 2011 a 2013, e do SindPFA, de 2011 a 2014. Ricardo esteve à frente da categoria na época da fundação do SindPFA (em dezembro de 2011) e foi responsável pelo registro do Estatuto em cartório, abertura de CNPJ, protocolo da solicitação de Registro Sindical junto ao Ministério do Trabalho e da consignação das contribuições em folha junto ao Ministério do Planejamento, processos fundamentais para a consolidação da entidade.

Ao receber o troféu, Ricardo, que também foi Delegado no Congresso, agradeceu e falou da evolução em relação ao primeiro CNPFA e do quanto os Peritos Federais Agrários, que já muito fizeram, ainda podem contribuir com a política agrária brasileira.



Desafios da governança agrária no Brasil

Representantes do Judiciário, Executivo e sociedade civil convictos da necessidade de tratar a governança das terras como política prioritária de Estado





A primeira mesa redonda do II CNPFA aconteceu. na manhã do dia 29 de novembro de 2016 com o tema "Os desafios para a Governança Agrária do Brasil", presidida pelo PFA Bruno Gomes Cunha (Sergipe). Para dar início aos debates do evento, compuseram a mesa o Juiz da Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus (Piauí). Heliomar Rios Ferreira, a Coordenadora-Geral de Assentimento Prévio no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Renata de Souza Furtado, e o Consultor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe. Richard Martins Torsiano.

Ojuiz Heliomar Rios Ferreira iniciou com uma rápida abordagem histórica do imenso problema fundiário brasileiro, que começou na colonização, mas teve o quadro agravado após 1822, com o término do regime das Sesmarias, passando pelo período de posses, que se estendeu até 1850, quando ocorreu a publicação da Lei nº 601 - ou Lei de Terras. Heliomar destacou que o período de posses é o grande causador dos conflitos na relação entre pequenos e grandes produtores.

Como exemplo para uma possível solução deste problema, o juiz citou o caso do Piauí, que, em 2010, iniciou um trabalho de mapeamento dos principais problemas fundiários do Estado, o qual resultou na criação da Vara Agrária em 2012, no município de Bom Jesus, com o objetivo de mediar e reduzir esses conflitos.

Havia, no Judiciário, uma uniformização e uma padronização nas decisões, com a intenção de não expedir decisões conflitantes, principalmente nas situações que envolviam áreas registradas, georreferenciadas ou certificadas. Heliomar destacou que a criação da Vara Agrária reduziu drasticamente os conflitos agrários no Estado do Piauí, já que os julgamentos agora estavam centralizados em uma única comarca, facilitando o acesso aos processos e dados. Além disso, há uma integração com instituições que tratam do tema como o Incra, por exemplo. Outro ponto importante para a diminuição dos conflitos foi a criação da Lei Estadual nº 6.709/2015, que trata especificamente da Regularização Fundiária no Estado do Piauí. A Lei fez com que a regularização se tornasse de fato uma política de Estado, trazendo segurança jurídica e priorizando a colonização com base no cumprimento da função social da propriedade. A legislação permitiu, também, que fosse feito, a partir do mapeamento, o georreferenciamento e o cadastramento de todas as áreas estaduais, a adequação da situação cartorial e cadastral, repassando informações confiáveis e qualificadas para os municípios, para o Estado e para a União.







Na sequência, Heliomar apresentou mais dados resultantes da criação da Vara Agrária e da publicação da Lei nº 6.709/2015, como a supervalorização das áreas regularizadas e a redução drástica nos conflitos entre grandes e pequenos produtores, além da criação do Núcleo de Regularização Fundiária na Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, para dar suporte às demais comarcas do Estado e apoio às instituições envolvidas no tema.

Por fim, o magistrado apontou o papel fundamental das perícias nos processos de regularização fundiária no Estado, por meio da importante atuação dos Peritos Federais Agrários do Incra do Piauí. Segundo ele, os PFAs são o "braço direito" na condução do processo que viabiliza a adequação da situação fática com a situação dos cartórios e da situação cadastral no Incra, estabelecendo assim uma efetiva governança agrária para o Estado.

Dando continuidade à mesa, a Coordenadora-Geral de Assentimento Prévio no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Renata de Souza Furtado, fez um breve resgate da atuação institucional junto ao Incra. De imediato, destacou a importância dos Peritos Federais Agrários na transformação do cenário jurídico.

Em 2001, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Incra, por meio do grupo de Relativização da Coisa Julgada, iniciaram uma discussão sobre os altos valores pagos pelo Governo Federal em alguns casos de indenização. Um exemplo foi o Estado do Paraná, que, naquela época, possuía 7 camadas de sobreposição de áreas, muitas delas em faixa de fronteira. Lá, devido aos estudos elaborados pelo Grupo STJ/Incra, os valores pagos foram todos corrigidos, eliminando assim as superavaliações.

De acordo com Renata, a destinação e a sobreposição de políticas públicas torna difícil o diálogo entre as instituições, necessitando urgentemente da construção de uma agenda de convergência

As diretrizes políticas para a faixa de fronteira estão estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. no Programa de Ordenamento Nacional, têm o objetivo de diminuir essas sobreposições e abrangem quatro frentes: desenvolvimento regional e territorial (foco nos planos estaduais de faixa de fronteira); defesa nacional (foco na integração com outros órgãos governamentais); política externa (foco no incentivo da coordenação de ações conjuntas entre os países de fronteira); e recursos hídricos (foco na gestão das águas subterrâneas). Esta estruturação dos programas do PPA reforça ao Governo Federal a importância de uma efetiva gestão da estrutura fundiária nacional, evitando o embate entre as políticas públicas.

Para o Consultor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, Richard Martins Torsiano, o Congresso já começou com um assunto difícil, mas que precisava ser apresentado, já que o considera de extrema importância para o desenvolvimento do país, para o fortalecimento da categoria e é fundamental para a sobrevivência do Incra.

Richard Torsiano disse que o tema é complexo porque mexer na estrutura fundiária e em questões centrais que tratam da democratização da terra ainda não são uma prioridade no país. Além disso, existem outras dificuldades inerentes ao tema, como a estrutura institucional hierarquizada e engessada e obstáculos políticos, em função dos vários interesses envolvidos.

Segundo o Consultor da FAO, independente disso, toda a trajetória de trabalho do Incra é motivo de orgulho, em especial pela atuação dos servidores da autarquia que trabalham para intervir na estrutura fundiária de, no mínimo, 200 milhões de hectares de terra, seja mediante o processo de desapropriação, seja via regularização fundiária, proteção das comunidades e do meio ambiente.

É fundamental, de acordo com Torsiano, a antecipação do Estado sobre onde fazer a intervenção de forma articulada no território. A política pública de governança precisa ser tratada com a importância que tem para o Estado, já que se relaciona com a soberania nacional, com a segurança alimentar e com todos os temas que tenham relação direta com a gestão adequada do território brasileiro.

O expositor prossegue afirmando que o Incra, como parte do processo de governança do território no Estado brasileiro, já demonstrou iniciativas de qualificar o trabalho, a exemplo da implantação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef). A iniciativa revolucionou o processo de gestão, automatizando a certificação de imóveis rurais, hoje com uma base de dados georreferenciada de mais de 200 milhões de hectares.

Assim como o SindPFA, Richard entende que o principal desafio para uma efetiva governança agrária no país é torná-la uma política de Estado. Para que o país conheça efetivamente o território, é necessário possuir condições para isso: estrutura, tecnologia, carreiras. Além disso, é preciso que haja integração entre os demais órgãos, de modo reduzir os conflitos por terra, por exemplo. "Para isso, precisamos entender o que é governança, governança da terra e governança responsável da terra, lembrando que o Brasil é signatário das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas", frisou.

No Brasil, segundo o Consultor da FAO, há um controle relativo sobre a ocupação do território e é preciso fortalecer a transparência nas tomadas de decisões e fazer com que sejam mais participativas. Soluções possíveis para a gestão do território têm sido apontadas tanto no Brasil como no mundo, mas elas precisam ser adequadas a cada propósito.

Algumas iniciativas importantes têm sido implementadas no país, a exemplo do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) e Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), porém, para Torsiano, uma instituição deve coordenar tudo isso e trabalhar com inteligência, de forma a "enxergar o território" no curto, médio e longo prazos, eliminando a insegurança jurídica e afastando os conflitos agrários.

Por fim, Richard destacou que o Estado precisa conhecer o uso e a ocupação das terras, além de ter um cadastro atual e consistente para observar os direitos de propriedade adequadamente registrados. É preciso ainda melhorar a arrecadação de impostos, institucionalizar uma área que seja responsável por fazer a gestão do território, a partir da organização da legislação agrária e fundiária. "Somente assim conseguiremos caminhar de uma governança que ainda é débil para uma governança agrária responsável no país", completou.

Entenda o significado de Governança pela FAO/ONU

Governança trata das organizações, normas e processos que compõem parte dos sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos.

Governança da terra refere-se à forma de gestão do acesso, do controle e do uso das terras e dos recursos naturais no território.

Governança responsável é aquela que:

- É justa e equitativa;
- Busca oferecer maior benefício possível à maioria das pessoas, minimizando elementos negativos oriundos dos problemas fundiários às pessoas e aos grupos;
- Tem como base o princípio da sustentabilidade; e
- Está alinhada aos direitos humanos internacionais



Renata de Souza Furtado, Coordenadora-Geral de Assentimento Prévio no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, autografa o livro Descobrindo a Faixa de Fronteira - A trajetória das elites organizacionais do Executivo Federal: as estratégias, as negociações e o embate na constituinte, de sua autoria.

A apresentações dos debatedores e o vídeo da mesa redonda estão disponíveis na página do Congresso. Acesse **sindpfa.org.br**

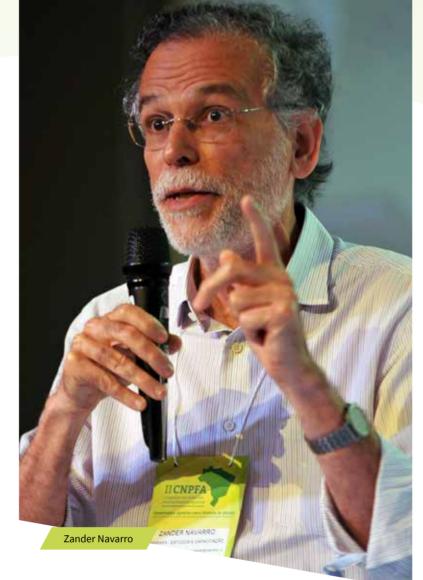
De olho no **futuro do meio rural**: uma análise sobre as transformações no campo

Pedro Ramos e Zander Navarro protagonizam um extraordinário debate sobre o desenvolvimento rural

Para complementar o tema já discutido na mesa redonda, o primeiro painel do II CNPFA, que aconteceu ainda na manhã do dia 29 de novembro de 2016, trouxe o tema *Governança agrária e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Pedro Ramos, Professor Pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Zander Soares Navarro, Sociólogo e Pesquisador da Embrapa Inteligência e Macroestratégia, participaram dos debates. O PFA **Alberto Dias de Moraes** (Médio São Francisco) coordenou os debates.

O Professor da Unicamp, **Pedro Ramos**, iniciou apresentação destacando que o Brasil ainda possui uma questão agrária a ser resolvida. De acordo com ele, esta questão surgiu como matéria política no século XIX. À época, o Partido Social Democrata alemão afirmava que o desenvolvimento da agropecuária seria semelhante ao da indústria, ou seja, a partir de grandes unidades, produções, explorações e propriedades. Porém, após 20 anos, a conclusão foi de que havia diferença entre as produções industrial e agropecuária.

Pedro Ramos lamentou que, ainda hoje, muitos autores no Brasil reduzam a questão agrária ao esvaziamento das áreas rurais, que foi muito acelerada a partir das décadas de 60 e 70, acentuando-se nos anos 90. O Professor destacou o fato do país ter uma produção de máquinas e equipamentos agrícolas adequada à modernização do latifúndio, ou seja, uma modernização de grandes produtores e grandes propriedades, mas não de agricultores familiares. Embora medidas e políticas de incentivo mais apropriadas aos pequenos produtores familiares já estejam sendo tomadas, ainda não seria uma solução definitiva.





Para evidenciar que a questão agrária no país não foi vencida, o Professor da Unicamp alertou sobre as informações disponibilizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que indicam a permanência dos conflitos agrários no país, seja por disputas pela terra, por questões trabalhistas, pela água e pela mineração. "Atrelado aos conflitos está a busca da renda fundiária exacerbada, também conhecida como 'ganho de fundador', ou seja, aquelas áreas que são legalizadas, montadas e depois vendidas". disse.

O Professor destacou como agravantes deste contexto o desrespeito à Constituição Federal, à legislação agrária, à função social da terra, bem como a falta de atualização dos índices de produtividade, além dos gargalos legais, tributários e cadastrais ainda existentes. Pedro Ramos apontou ainda dois fatos que pesam contra a reforma agrária: os custos de criação, ocupação e manutenção de pessoas nos projetos de assentamento - que são muito mais altos se comparados com os custos da criação de empregos no setor urbano industrial - e a baixa demanda por lotes de projetos de assentamentos.

Entretanto, este segundo aspecto não existiria se os lotes fossem acompanhados de uma efetiva política agrícola voltada para este público. Afinal, disponibilizar apenas a terra sem o devido apoio e desenvolvimento, logicamente, fortalece o argumento da baixa demanda, colaborando, assim, para o enfraquecimento da política pública de reforma agrária.

Para finalizar a apresentação, Pedro Ramos destacou a afirmação feita no início, de que existe questão agrária no Brasil e acrescenta que, consequentemente, é necessária uma reforma agrária; porém, deve ser feito muito mais do que foi realizado até os nossos dias atuais.

O Sociólogo e Pesquisador **Zander Soares Navarro**, iniciou sua fala conceituando a palavra *governança*, presente no tema do Congresso e do painel. Segundo o Pesquisador, trata-se de uma recente categoria conceitual da Ciência Política, que passou a ser discutida na década de 90, sob um grande processo histórico de democratização das sociedades.









Vale a pena assistir o vídeo desse painel e as ricas discussões realizadas por Pedro Ramos e Zander Navarro. Acesse **sindpfa.org.br**

De acordo com Zander, à época o mundo começava a ter uma visão, por parte das elites mundiais, que combinava a democracia liberal de um lado e a organização capitalista da sociedade de outro; um processo que tem sido muito conservador até os dias de hoje. Visa à redução do papel do Estado, mediante a transferência, para outros setores da sociedade, de diversas responsabilidades, inclusive as de implementação de políticas públicas. São os chamados processos de descentralização que, no entanto, são desproporcionais às transferências de recursos financeiros, gerando um grande problema para estados e municípios.

Nesse contexto, o termo *governança* foi uma resposta de estudiosos, cientistas e autoridades para uma forma de gerir, de modo compartilhado, os problemas da sociedade. Contudo, não significa meramente administração de partes do Estado, mas algo muito além, principalmente no que se refere ao componente de participação social que, na maior parte dos casos, não ocorreu, ficando somente na retórica.

Zander prosseguiu com um comentário sobre o aspecto agrário, que permeia o Congresso, com uma constatação que considera empírica, real e estatística: os processos de crescimento econômico agropecuário e expansão do capitalismo possuem implicações, das quais destaca a "desagrariarização". Para os economistas - continua ele - esse fenômeno significa que a modernização do meio rural cria outros serviços e formas de

ocupação que, entretanto, não são exatamente trabalhos agrícolas. Outro indicador desse processo, de acordo com Zander, é quando a sociedade para de falar sobre o agrário, pois o setor, crescendo e apresentando mais produtividade estaria, em tese, resolvendo os problemas daquela população específica.

"Claramente, o Brasil está se 'desagrariarizando", completa, mesmo que atrelado a uma série de características sociais "perversas, injustas e históricas", que permanecem. Como desdobramento desta análise, o Pesquisador destaca que a agropecuária brasileira possui uma dupla face. Do ponto de vista econômico, o setor agrário é uma máquina de produção de rigueza: nos últimos 25 anos, alcançou a cifra de 1,1 trilhão de dólares; e, do ponto de vista social, este setor, inserido no processo capitalista, obrigatoriamente passa pelo processo de "seletividade social": uns ficam, outros saem. "O que muda na história dos países é que muitas vezes os perdedores [os marginalizados por esse 'darwinismo social'] têm formas de proteção e, portanto, esse processo de perda se dá de uma maneira gradual, não tão traumática".

No caso do Brasil, isso não aconteceu, constatou Zander. Assim, pelo lado social, estamos criando muitos perdedores no meio rural. E não se discutem os números, quais são as políticas mais adequadas para esse público e, por fim, não se vê como poderíamos proteger os mais vulneráveis nesta selva que se criou, lamenta.

Outro aspecto relevante, na visão do Pesquisador, é que o mundo rural do país está passando por uma verdadeira e impressionante revolução produtiva e tecnológica, com implicações sociais profundas. O Brasil ainda possui muitas possibilidades de ampliação em todos os setores produtivos e, assim, está na iminência de ser o maior produtor do mundo: "hoje são os Estados Unidos, mas em dez anos não será mais", prevê. Navarro diz que produzir na agropecuária, cada vez mais, está se tornando um processo similar à produção industrial e faz um alerta: tudo o que conhecemos sobre o mundo rural está mudando de uma maneira muito rápida, desde a questão agrária, as demandas sociais, a cultura e a literatura rural.

"Nada disso vai se manter em dez ou 15 anos", dada a agressividade da transformação em curso. "Não é achismo, não é opinião especulativa de minha parte; é empírico, ancorado em estatísticas", sustenta. Um dos exemplos dessas mudanças, segundo Zander, é que, pela primeira vez, não temos oferta abundante de mão de obra rural, algo que outrora causava baixos salários e precariedade de direitos. Consequência disso, quem quer contratar hoje no meio rural encontra enormes dificuldades, o que vai levar a uma onda muito mais intensa de mecanização, afirma. O processo de esvaziamento do campo, potencializado pela precariedade no campo e pela facilidade - e necessidade - de migração devido à busca de emprego e renda nas cidades provoca o isolamento das regiões rurais.

Zander Navarro finalizou destacando a necessidade de, como sociedade, fazermos um debate sobre essa realidade. "É esse o desenvolvimento que queremos para o meio rural? Queremos um vasto interior do Brasil esvaziado ou um em que existam comunidades, interação humana e sociabilidade?" Isso, conclui, não está sendo discutido.

Governança de terras no Brasil na dependência de um **cadastro eficiente**

Debatedores foram unânimes em apontar a desorganização da legislação e do arranjo institucional como obstáculo ao avanço da gestão territorial no país

A segunda mesa redonda do II CNPFA ocorreu na tarde do dia 29 de novembro. O tema *Sobreposição de políticas públicas na governança agrária* foi debatido pelo Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) no Estado do Mato Grosso do Sul, Tiago Modesto Carneiro Costa, pelo Professor da Faculdade de Graduação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), Girolamo Domenico Treccani, e pela Advogada e mestranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ana Paula da Silva Bueno. Coube ao PFA **Luiz Fernando de Mattos Pimenta** (Goiás) a presidência da mesa.

O Secretário de Controle Externo do TCU no Estado do Mato Grosso do Sul, **Tiago Modesto Carneiro**, apresentou questões relacionadas ao órgão e à governança agrária. O Tribunal, além do papel de controle externo da administração pública, busca aprimorar a governança em organizações e políticas públicas. A atuação do TCU abrange todos os órgãos da administração pública e particulares que recebem recursos públicos federais.

O Estado brasileiro, de acordo com Tiago, ainda não definiu as prioridades para a regulação da ocupação do solo, algo fundamental para o sucesso das políticas públicas. Segundo ele, na análise das leis sobre organização do território, regulação, regularização fundiária, regulação do uso do solo e obrigações cadastrais, é possível perceber lacunas em vários assuntos. Como efeito dessa situação, há instabilidade de objetivos e recursos, entraves ao desenvolvimento das políticas públicas, conflitos legais e ineficiência de execução.











A partir de estudos cartográficos apresentados por Tiago, foi possível perceber inconsistências e sobreposições de dados oficiais no uso das terras brasileiras: uma mesma área é contabilizada diversas vezes. A informação correta seria importante para definir o tipo de política que ela demanda. Em alguns estados, o somatório de áreas nas diversas bases de dados é maior que o território do Estado inteiro.

Para elaboração de um planejamento eficiente, o palestrante afirmou que precisam ser alinhados dados de organização do território, uso do solo e da água, sustentabilidade, instituições e sistemas de informações. Com o intuito de solucionar a ausência de integração entre sistemas de gerenciamento e de controle das informações do solo e da água, o TCU determinou o cumprimento da Lei nº 10.267/2001, que exige uma base comum para uso dos diversos sistemas da administração pública, conforme a demanda de cada um.

Um bom caminho, de acordo com o Secretário, seria a determinação de indicadores de desempenho suficientes para planejamento e monitoramento, que envolva o ciclo da política, dinâmica de coleta e validação, regionalização, objetivos legais, objetivos estratégicos e metas.

Tiago Carneiro disse ainda que um bom sistema de governança de políticas públicas precisa ter uma base legal, com objetivos de alto nível e responsáveis em termos de órgãos e instituições para implementá-lo, bem como um arranjo institucional que evite sobreposições e lacunas de atuação e em que os resultados possam se reforçar. Além disso, o sistema deve balancear obrigações legais, planos, objetivos e coordenação coerentes e uma lógica de atuação regionalizada.

"A base de conhecimento tem a necessidade de ser forte para tomar decisões acertadas e dar credibilidade à política, além de monitoramento e acompanhamento contínuo para corrigir rumos", finalizou

O Professor e Doutor da Faculdade de Direito da UFPA, Girolamo D. Treccani, iniciou a fala na mesa destacando que "temos problemas de várias ordens; primeiro, problemas de ordem legal: uma legislação fragmentada, confusa, contraditória, antiga; temos problemas também em saber quem tem que fazer o quê e, sobretudo, onde". De acordo com ele, há um conjunto enorme de normas estaduais que tratam as questões agrárias de maneira diferenciada. Cada Estado criou uma dinâmica administrativa, dificultando a criação de um sistema único de gerenciamento dos processos. "Tentei contar as normas no meu Estado, parei quando cheguei em 150 (Constituição, leis, instruções normativas, portarias)", afirmou. Um dos primeiros desafios é resgatar essas legislações e tentar entendê-las, qual o valor que elas tiverem e que valor têm hoje. Outra questão, para Treccani, é o valor da terra. Não existe uma sistemática comum entre estados e União, gerando inúmeras distorções.

Para a Advogada e mestranda em Desenvolvimento Econômico na Unicamp, **Ana Paula da Silva Bueno**, os problemas relacionados à governança de terras no Brasil são tão evidentes que os três representantes das instituições da mesa possuem diagnósticos e sugestões comuns para que o país possa implantar definitivamente uma efetiva governança de terras.



Ana Paula destacou os estudos baseados na metodologia utilizada por Enemark Williamson (2010), realizados pela Unicamp para estruturação de uma boa governança de terras. O documento cita como base de uma boa governança agrária a existência de um cadastro fundiário, pois, a partir dele, haverá o ordenamento territorial, ou seja, onde a terra está, de quem é e como a estão usando; tendo como informações principais: as áreas de posse, os tipos de solos e quais são os usos, a localização e valor, a tributação do solo, etc.

A Advogada aproveitou para lembrar que ocupação territorial no Brasil teve início em 1822 com as sesmarias e desde então novas legislações foram surgindo a respeito desta questão; mas mesmo com tantas leis a respeito do assunto, ainda há muito o que ser ajustado para que a governança de terras no Brasil seja efetiva.

No estudo realizado pela Unicamp, com base no Marco de Avaliação da Governança de Terras, metodologia do Banco Mundial - *The Land Governance Assessment Framework (LGAF)* - , foram feitos alguns apontamentos sobre a debilidade da governança de terras no Brasil, entre eles a legislação detalhada e confusa, a ausência de um órgão responsável pela governança, muitos conflitos pela terra, propriedade da terra muito concentrada, multi cadastros e desarticulação dos estados com o Governo Federal.

Para uma governança eficiente, os estudos apontaram como necessidade que o cadastro possa abranger a totalidade do território (rural e urbano), qualidade gráfica das informações e a regularização e inserção das terras públicas no cadastro, em especial as estaduais. Além destes dados, Ana Paula apresentou algumas propostas de Einor Ostrom para uma "governança policêntrica": um sistema social com vários núcleos de decisão, como já ocorre no Brasil - União, estados e municípios -; porém, com inovação no relacionamento entre os órgãos, sinergia entre as políticas e as ações e camada autônoma de decisão.

Para finalizar, a Advogada afirma: "precisamos ter, antes de tudo, uma boa governança fundiária, para depois implementar políticas públicas que deem resultados".

As apresentações e o vídeo dessa mesa redonda estão disponíveis na página do Congresso.

 ${\it Acesse}~{\bf sindpfa.org.br}$

Mesa redonda

Integração dos sistemas: uma missão institucional indispensável para a governança de terras

Avanços têm ocorrido nos cadastros e no registro, mas ainda há muito a se fazer para chegarmos a um cadastro territorial multifinalitário

O segundo dia do II CNPFA terminou com a mesa redonda *O desafio institucional de integração dos sistemas de informações sobre o meio rural brasileiro*. Os debates foram presididos pela PFA **Sany Mota Fontes** (Sergipe) e contaram com a presença do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Gerente do Projeto do Cadastro Nacional de Cadastro Rural (CNIR), Marco Antônio de Melo Breves, do Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra e Coordenador do Comitê Nacional de Certificação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), Oscar Oséias de Oliveira, do Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra, Thiago Batista Marra, do Analista em Geoprocessamento e membro do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa, Marcelo Fernando Fonseca, e do Vice-Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) para o Estado do Mato Grosso, José de Arimatéia Barbosa.



Para iniciar os trabalhos, o Auditor da Receita Federal, **Marco Antônio de Melo Breves**, destacou que, para se ter uma nova governança de terras no país, existe a necessidade de união entre os órgãos, na tentativa de superar todas as divisões e concepções institucionais. Para ele, é preciso pensar globalmente e agir no local.

Nesse contexto, o Auditor Fiscal apontou para o imenso desafio de atingir resultados com qualidade em um país como o Brasil, constituído por 8,5 milhões de km², 15.700 km de fronteiras terrestres, 7.300 km de fronteiras marítimas e 200,4 milhões de habitantes. Diante disso, a opção adotada pela Receita Federal do Brasil é a integração e gestão compartilhada.

Atualmente, a RFB já possui alguns sistemas de integração em outras áreas, como o Simples Nacional, que agrega o Fisco nacional, estadual e municipal; o E-social, que faz o gerenciamento do sistema previdenciário de todo o país, inclusive da questão rural.

No caso do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), a necessidade de atuação da Receita Federal se deu em razão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) estar vinculado ao Sistema Tributário Nacional, assim como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Os dois impostos recaem sobre o patrimônio, embora, de acordo com o representante da RFB, representam apenas 1,29% de tudo o que é arrecadado no país.







Para Marco Antônio, era possível explorar melhor os objetivos gerais do ITR, criado pela Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) na fase de febre das revoluções campesinas. Na época, a intervenção do Estado pela desapropriação e pela tributação era muito utilizada. Outro aspecto importante é que o foco nas décadas de 60 e 70 era primeiramente "ocupar o Brasil". Não havia a preocupação com a destinação de área como reserva legal (RL), área de preservação permanente (APP) e adequação ao novo Código Florestal, como é atualmente. Como o marco legal do ITR é antigo, é preciso corrigir a legislação, já que existem algumas incongruências. Contudo, alguns aspectos já avançaram, como o progresso - ou regresso - do imposto (maior área, maior tributação; maior utilização e eficiência produtiva no exercício da atividade econômica, menor tributação).

Entre os reflexos de um modelo onde predomina a ausência da integração dos sistemas e, consequentemente, a ausência de informações territoriais, Marco Antonio aponta que a visão parcial do tema prejudica a tomada de decisão adequada pelo gestor. Além disso, eleva os custos para o Governo Federal, gera divergências de informações e exigências desnecessárias aos cidadãos. Para mudar essa realidade, sugere a criação e implementação da Lei nº 10.267/2001, tendo como objetivos centrais: o cadastro georreferenciado, a gerência conjunta RFB/Incra,







o respeito às competências e gestões próprias e a produção e qualificação de informações do meio rural aos produtores e usuários da informação.

O palestrante acrescentou que, para que o CNIR seja implementado, um paradigma deve ser enfrentado: a divisão na implementação e responsabilidades para criação de um cadastro territorial multifinalitário.

Para complementar o assunto, o Coordenador Nacional do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), Oscar Oséias de Oliveira, e o Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra, Thiago Batista Marra, palestraram em uma parceria.

Oscar Oséias iniciou abordando o descompasso existente entre as várias legislações criadas ao longo do tempo. Cada uma delas instituiu um cadastro único para imóveis rurais. Ou seja, alimentou ainda mais a distorção entre a realidade de campo e aplicação de ordem prática para os órgãos públicos.

Além disso, destacou a colaboração do Incra sobre o tema com a criação do Sigef a partir da lei que estabeleceu o georreferenciamento (Lei nº 10.267/2001). De acordo com os princípios básicos desta legislação, o procedimento de georreferenciamento dos imóveis rurais deve ser realizado exclusivamente por profissional habilitado e credenciado pelo Incra. Neste ponto, pode ser observado outro problema para que os dados sejam atualizados, já que a lei não previu o quantitativo operacional adequado para que o Incra pudesse recepcionar a enorme demanda gerada pela implantação do processo de georreferenciamento de todos os imóveis rurais do país.

Logo, há um reflexo na certificação dessas áreas pela autarquia, que tem como prerrogativa legal analisar todas as solicitações de certificação apresentadas pelos profissionais habilitados, verificando se os mesmos obedeceram aos requisitos e as orientações técnicas e se a poligonal do imóvel apresentada não se sobrepõe a nenhuma outra constante de cadastro georreferenciado.

Paralelamente, as análises referentes às certificações realizadas pelo Incra passaram a ser realizadas de forma mais objetiva e flexível, a fim de evitar uma invasão de competência, limitando-se a observar pontos essenciais, como garantir a não sobreposição das poligonais, padronizar os memoriais descritivos levados a registro e não reconhecer o domínio ou a exatidão dos limites e confrontações indicados pelo proprietário, visto que estas são responsabilidades dos cartórios de registro de imóveis, dos agrimensores e dos proprietários, respectivamente.

O palestrante destacou que a Instrução Normativa nº 77/2013 - que delimita as responsabilidades e interconexão com o registro de imóveis - reforça a responsabilidade técnica do profissional habilitado. A norma aponta a importância não só do trabalho de campo realizado, mas também das informações prestadas e inseridas ao sistema do Incra, além das eventuais inconsistências que possam ser detectadas e possíveis prejuízos causados a terceiros.

O oficial de registro de imóveis pode acessar o Sigef e informar os dados relativos à matrícula do imóvel rural, embora a certificação do memorial descritivo aprovada pelo Incra não implique em reconhecimento de domínio, nem na exatidão dos limites e confrontações, sendo esta atribuição exclusiva do oficial.

Atualmente, cerca de 1.400 oficiais de registro utilizam o Sigef, embora ainda não seja obrigatória a utilização.

Para o Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra, **Thiago Batista Marra**, o futuro do georreferenciamento e da certificação é o cadastro multifinalitário, com interoperabilidade e gestão integrada e compartilhada, propiciando melhor planejamento de infraestrutura para o país e segurança jurídica. Mas, para isso, Thiago deixou algumas conclusões e recomendações; entre elas, a necessidade de reforçar a capacidade operacional da autarquia, o arranjo interno por meio do alinhamento de conceitos, finalidades, procedimentos e tecnologias e do arranjo externo com a cooperação e integração institucionais e a racionalização de processos.

Dando continuidade às discussões, o Analista em Geoprocessamento do Grupo de Inteligência Estratégica (Gite) da Embrapa, **Marcelo Fernandes Fonseca**, fez uma abordagem sobre o Grupo: criado em 2003, tem como propósito prestar serviços e desenvolver estudos sobre planejamento, gestão e monitoramento territorial estratégico da agricultura. Tem como parceiros órgãos como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Incra, dentre outros.

Marcelo destacou ainda que o Grupo atua em três grandes eixos: a) Inteligência territorial - destacam-se os estudos de delimitação territorial da região conhecida como Matopiba, que engloba parcialmente terras dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada uma das últimas fronteiras agrícolas do País; b) Gestão territorial - na qual um dos trabalhos de destaque foi o estudo dos impactos da mecanização da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo; e c) Monitoramento territorial - caso do acompanhamento da evolução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da agricultura familiar na Amazônia.

Com base em uma das principais bases de informações trabalhadas pelo Gite, os dados agrários, é possível perceber que as unidades de conservação representam 17% da área do Brasil, as terras indígenas 13% do país, os assentamentos do Incra 10% e terras quilombolas 0,3%.

Em termos de extensão territorial, estes dados, somados, correspondem a 303 milhões de hectares, ou seja, em torno de 36% do Brasil.

Entretanto, o Analista do Gite destacou que um dos principais obstáculos enfrentados pelo Grupo é a falta de integração das bases de dados, o que dificulta o cruzamento e a consequente extração de informações. Por conta disso, de acordo com Marcelo, é possível perceber que dos mais de 300 milhões de hectares constituídos por unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e territórios de quilombos, 42 milhões têm limites questionáveis, com problemas de sobreposição. O palestrante reforça que, além do cadastro, é preciso buscar qualificação dos dados, ampliar o cruzamento de planos de informação e utilizar técnicas de análises multivariadas, de modo aumentar o conhecimento do meio rural brasileiro. Daí, portanto, na visão dele, a governança agrária deve ser encarada como política de Estado e não de governo, de modo a não comprometer a continuidades dos estudos, razão pela qual entende ser bem oportuna a discussão trazida pelo II CNPFA.

Focado exatamente nas propostas governamentais destinadas a aprimorar ações políticas e estratégicas sobre a integração dos sistemas de informações sobre o meio rural brasileiro, o Vice-Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) para o Estado do Mato Grosso, **José de Arimatéia**, apresentou os novos marcos normativos do sistema cadastral e registral imobiliário brasileiro. O debatedor apresentou as ações adotadas pelo Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) destinadas à solução dos problemas existentes, causados pela falta de coordenação entre o cadastro e o registro e a aplicação dos sistemas de informações geográficas.

José de Arimatéia lembrou que o registro de propriedade imobiliária como função de Estado só foi instituído no Brasil pela Lei nº 1.237, de 24 de setembro de 1864, seguido pelo Código Civil de 1916. Atualmente, a Lei nº 6.015/1973 regulamenta não só o registro de propriedade, mas também outros direitos reais elencados no art. 1.225 do Código Civil em vigor. Ressalvou ainda



que o sistema registral brasileiro conjuga aspectos do sistema francês, conhecido como privatista, no qual a propriedade do imóvel se constitui apenas com o contrato, e do alemão, chamado publicista, em que a publicidade é imprescindível para a constituição do direito real. Portanto, no Brasil, para a transmissão da propriedade, é necessário um título, além da publicidade, que se dá com o registro em cartório.

O Vice-Presidente do IRIB salientou que poucos são os títulos no Brasil oriundos do poder público que não estejam com informações errôneas e que o processo de certificação de imóveis realizado atualmente pelo Incra representa uma possibilidade concreta e factível de correção dessas informações. Por isso, é importante a obrigatoriedade do georreferenciamento e o registro dos imóveis rurais.

Ainda hoje, a União tem mais de 20 bancos de dados sobre propriedades rurais que não se comunicam uns com os outros. Arimatéia ressaltou que o Sinter se propõe a solucionar este problema, por meio do fomento e estreitamento dessa coordenação entre cadastro, registro e informações geográficas e, de certa maneira, é a concretização do que há tempos o Estatuto da Terra já estabelecia: a obrigatoriedade de um cadastro técnico confiável de imóveis rurais.

De acordo com o palestrante, o Sinter, atualmente em implementação, prevê um banco de dados espaciais, equivalentes ao Livro 2 do Registro Geral de Imóveis (RGI), produzidos pelos serviços de registros públicos e um fluxo de dados cadastrais de imóveis rurais e urbanos.

José de Arimatéia aproveitou a oportunidade para destacar que a plataforma para os registros eletrônicos - recentemente estabelecidos em lei e regulamentados - já está sendo viabilizada pela Receita Federal e pelo IRIB. O Instituto coordena a central nacional de registros eletrônicos pelo site www.brregistradores.org.br, onde 15 unidades da Federação já disponibilizam serviços registrais imobiliários. Essa ferramenta, ressalta o palestrante, é um importante aliado no combate às fraudes ao tempo que imprime considerável celeridade nas ações dos mais diversos órgãos públicos.



As apresentações e o vídeo dessa mesa redonda estão disponíveis na página do II CNPFA.

Acesse sindpfa.org.br



O Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Feitosa, recebe o livro Compra y venta de Propiedad rural: Un enfoque a partir de la Amazonia, das mãos do autor, José de Arimatéia Barbosa, Vice-Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) para o Estado do Mato Grosso. A obra é fruto de tese apresentada à Universidad Del Museo Social Argentino, pela qual obteve o título de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. O livro se propõe a estudar a compra e venda da propriedade rural na Amazônia do Brasil, sob fundamentos jurídicos e fáticos, apontando ainda a proposta de regularização fundiária, por meio do instituto da usucapião, tendo em vista a função social da propriedade, responsabilidade do particular e também do poder público, garantidor do Direito.

Na avaliação de José de Arimatéia sobre o II CNPFA, destacou como o melhor do evento "a liderança do SindPFA frente ao órgão que o abriga"

Mercado de terras em conceitos e iniciativas para subsidiar a atuação do Estado

As informações sobre a dinâmica desse mercado são instrumento chave para viabilizar uma governança agrária eficiente



A palestra o *Mercado de Terras e governança agrária*, apresentado pelo Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, Vitor Bukvar Fernandes, foi o assunto do primeiro debate da manhã do dia 30 de novembro de 2016 do II CNPFA. Em seguida, os Peritos Federais Agrários do Incra em Brasília, Carlos Shigeaky Weky Silva e Renato Alves Caixeta, discutiram os *Estudos de mercados de terras – instrumento para governança agrária*. Esse bloco de palestras foi coordenado pelo PFA **Evane Ferreira Júnior** (Goiás).

O representante da Unicamp, **Vitor Bukvar Fernandes**, desenvolveu sua apresentação sobre governança de terras e o mercado de terras no Brasil a partir de três tópicos: mercado de terras e instituições, visão pós-Keynesiana sobre mercado de terras e características e problemas dos mercados de terras no Brasil.

No primeiro tópico, Vitor apresentou a questão histórica do desenvolvimento econômico e liberdade como processos complementares do desenvolvimento. A definição mais utilizada é a de Douglass North (1990), que aponta que "as instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam as interações humanas". O doutorando citou também Darow Acemoglu (2003), que amplia a definição anterior ao afirmar que "o desenvolvimento econômico depende do papel das instituições, destacando que sociedades com boas instituições teriam no mínimo três características básicas: execução dos direitos de propriedade (fazer-se cumprir); restrições às ações das elites, políticos e grupos poderosos; algum grau de igualdade de oportunidade". Entretanto, o palestrante fez o registro de que, no Brasil, essas características encontram-se bem distantes de nossa realidade.

O palestrante citou ainda Karl Polanyi (1994), que traz a visão de que a terra, o capital e o trabalho são caracterizados como mercadorias não mercantilizadas, portanto não autorreguladas. Por isso, se faz necessário que o Estado crie e regule estes mercados. Decorrente desta abordagem, surge a porta de entrada para a criação do conceito de governança de terras, justificando assim a presença do Estado e sua interação no mercado de terras.

A partir deste conceito, Vitor ilustrou a presença do Estado no mercado de terras a partir do quadro criado por Williamson (2010), no livro Sistemas de administração de terras, que estabelece alguns fatores essenciais neste contexto como a base para a política de governança de terras: existência de cadastro funcional e confiável, a garantia da propriedade e posse da terra, segurança jurídica por meio da garantia dos títulos das terras e a existência de setor de avaliação de terras. "Resultante da integração desses fatores, temos um mercado de terras eficiente, e ao mesmo tempo um componente importante no desenvolvimento sustentável".

O palestrante apresentou a abordagem sobre a visão pós-Keynesiana do mercado de terras de uma maneira mais sutil e simplificada. De acordo com ele, este modelo está alicerçado no paradoxo do preço de terras, que por sua vez tem como base as seguintes premissas: o preço da terra não decorre apenas de suas características produtivas, mas também das especulativas (motivos especulativos ligados ao mercado de terras) e dos determinantes do preço do ativo terra (economia de mercado, proteções frente às condições de incerteza e negociações decorrentes da expectativa em obter renda maior com mesmo ativo).

Ainda de acordo com Vitor, entre os principais problemas dos mercados de terras no Brasil, estão os preços da terra elevados (estrutura concentrada; monopólio), a falta de efetividade na cobrança do imposto sobre a propriedade (ITR e IPTU; estímulo ao uso especulativo do ativo), o sistema de registro inseguro, muitas propriedades rurais sem títulos, ausência de cadastro integrado e confiável e ausência de controle sobre o uso e ocupação de terras.











O palestrante ressaltou ainda um aspecto que não pode ser ignorado sobre a análise do mercado de terras no Brasil: a desigualdade distributiva da terra. De acordo com ele, informações contidas no censo agropecuário brasileiro revelam uma elevada concentração de terras no país. Vitor terminou sua apresentação destacando algumas das principais variáveis que interferem nos preços da terra no Brasil, como a inflação, relacionada com o grau de liquidez da terra, utilizada a depender do contexto econômico como reserva de valor (ativo de capital) e o grau de urbanização (terras próximas aos centros urbanos chegam a ter seu valor multiplicado por dez), entre outros.

Em seguida, o Perito Federal Agrário (PFA) do Incra em Brasília, Carlos Shigeaky Weky Silva, iniciou sua explanação apresentando os estudos de mercados de terras realizados pela Divisão de Análise e Estudo do Mercado de Terras (DTO-2/Incra) por meio das Planilhas de Preços Referenciais (PPR), e como esta ferramenta institucional pode contribuir na construção da governança agrária do país.

Além disso, o PFA fez um breve resgate histórico sobre a Lei de Terras, de 1850, que institucionaliza o mercado de terras no Brasil, validando posses anteriores a 1850, legalizando a transmissão na forma de compra e venda dos imóveis rurais e destacando que, desde aquela época, a preocupação com a determinação do valor da terra já existia.

Diante deste contexto, Shigeaky questionou quais seriam as informações realmente importantes a serem consideradas para o estudo do mercado de terras e apontou o valor da terra e as determinantes de preco. Há. de acordo com o palestrante, uma pauta genérica de valores e citou como exemplo as PPRs que expressam o preço médio da terra em determinadas regiões consideradas homogêneas.

De acordo com o PFA, para avaliar as determinantes do preço, existem variáveis que podem influenciar no valor da terra, como a dimensão do imóvel, a localização, o tipo de solo, os acessos, o clima. Para tentar amenizar essas variantes, o Incra editou em 2014 a Norma de Execução nº 112, que estabelece novas diretrizes para a elaboração das PPR, instituindo o Relatório de Análise de Mercado de Terras (RAMT). Este Relatório é um instrumento mais robusto de análise de mercado, levando em consideração parte dos determinantes mais importantes que impactam no preço da terra. Os RAMT passam a expressar o preço da terra a partir dos seus diferentes tipos de usos, identificados na amostra (mercado), ampliando a base de análise, pois, anteriormente, as planilhas referenciais informavam apenas a média geral dos preços de mercado.

"A partir destes relatórios, não há mais a planilha isolada de preços, mas sim a explicação dos preços e seus determinantes principais, fazendo com que a estimativa dos preços da terra pelos usos passem a considerar os fatores produtivos, estabelecidos em níveis pelo atual normativo", afirmou Carlos Shigeaky. Para ele, as novas diretrizes buscam qualificar e padronizar a Planilha Referencial de Preços entendida como estudo de mercado de terras, demonstrando uma boa aproximação do valor da terra, bem como a caracterização dos principais determinantes do valor.

Renato Alves Caixeta, também PFA do Incra em Brasília, aproveitou a oportunidade para fazer um breve relato da experiência adquirida no tema de governança agrária, na Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF). O Perito participou da gestão nacional do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), na fiscalização no combate à grilagem de terras, bem como nos trabalhos iniciais da elaboração do projeto, modelagem, concepção e especificação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), uma parceria entre Incra e Receita Federal do Brasil

A abordagem de Renato focou na apresentação do projeto de estruturação da organização dos dados correlatos e afetos ao mercado de terras, realizado pela DTO-2/Incra, a partir da nova metodologia estabelecida pelo RAMT, já citado por Carlos Shigeaky, e pelas iniciativas desenvolvidas por algumas superintendências regionais do Incra em armazenar e organizar os dados que eram coletados nas pesquisas de amostragem.

De acordo com Renato, a preocupação institucional da DTO-2 era que os dados fossem estruturados, organizados, centralizados, mas que tivessem fácil comunicação e acesso. A partir

As apresentações e o vídeo das palestras estão disponíveis na página do Congresso. Acesse **sindpfa.org.br**

dessas necessidades, foi planejado o projeto do Banco de Informações sobre Mercado de Terras (BIMT). Criado pelo Incra, o BIMT visa a construção de um grande repositório de dados afetos e correlacionados do mercado de terras, a publicação das PPR e dos RAMT.

O projeto foi estruturado em três módulos, explica Renato. O primeiro está ligado à captação das informações iniciais, que serão obtidas levando em consideração a unidade mínima de análise de informação: o imóvel negociado ou ofertado. Atualmente este módulo já se encontra homologado e estará disponível via web na intranet do órgão. O segundo módulo será o Data Warehouse (DW), ferramenta de tratamento, análise e gerenciamento de grande volume de informações. Este módulo tem por objetivo aprimorar a modelagem dos mercados, definir o delineamento de mercados mais homogêneos, além de aprimorar e ampliar a capacidade de análise e compreensão dos mercados, retratando melhor a realidade dos mesmos. O terceiro e último módulo será a publicação via web. Este ponto prevê a publicação das PPR e dos RAMT no site do Incra. Tanto o segundo quanto o terceiro módulo teriam seu desenvolvimento previsto para 2017.

Por fim, o PFA destaca que "a informação qualificada e confiável é o elemento essencial para auxiliar na elaboração e execução de políticas públicas eficientes". Para Caixeta, apenas a partir de informações precisas é possível conhecer, regular, fiscalizar e planejar. "Isso sim é governança agrária", finalizou.

Experiências internacionais na gestão territorial e a aplicação de novos conceitos

Representantes do Panamá, da Holanda e da Espanha participaram do II CNPFA

Durante a manhã do penúltimo dia do II CNPFA, palestrantes internacionais compartilharam as experiências em administração de terras em seus países. Sob a coordenação do Perito Federal Agrário **Francisco Miguel Manoel Marote** (São Paulo), esse bloco contou com a participação do Administrador Geral da Autoridade Nacional de Administração de Terras do Panamá (ANATI), Carlos Gonzalez, da Gerente Internacional do Instituto Kadaster (Holanda), Mathilde A. Molendijk, e do professor da Universidade de Jaén, na Espanha, Manuel Gonzalo Alcázar Molina.

O Administrador Geral da ANATI, **Carlos Gonzalez**, explanou sobre os esforços empreendidos pelo Governo do Panamá para a modernização do cadastro no país. Lembrou a similaridade com o Incra, não só com a estrutura organizacional do órgão, mas também com os problemas do Brasil, apesar da grande diferença territorial entre os países.

A ANATI foi criada em outubro de 2010, com a missão de conduzir, regular e garantir o cumprimento e implementação da política nacional de terras. Respeitando os direitos de propriedade e posse de boa fé, o órgçao realiza a regularização do cadastro nacional, com vistas à garantia da segurança jurídica e melhoria da qualidade de vida dos proprietários em todo o território nacional. Para Carlos Gonzalez, somente o fato da criação da instituição no país já demonstrou um grande passo na busca da modernização cadastral, visto que anteriormente os serviços de regularização, gestão, estudo e registro de terras eram divididos em quatro órgãos, separadamente.

A união dos órgãos governamentais para a criação da ANATI, de acordo com o Administrador Geral, proporcionou não apenas a aglutinação de trabalho, mas também resolução de problemas internos.



As soluções imediatas de atualização institucional e o progressivo processo de cadastro de terras tiveram como base os seguintes pontos: consultas via web, campanha de atualização de valores cadastrais e unificação de critérios. Estas medidas de atualização e modernização foram responsáveis, por exemplo, pela redução nos atrasos em 60% dos casos de revogação de títulos, recursos, consultas, entre outras situações. Além disso, cerca de 15 mil títulos de propriedade foram entregues nos últimos dois anos em diversas províncias panamenhas, incluindo titulação de áreas indígenas, trabalho que cumpriu padrões internacionais de direitos humanos.

O Panamá tem uma população igual à do Distrito Federal e uma área equivalente à dos Estados do Rio Grande do Norte e Sergipe juntos. Os cerca de 1.700 servidores são poucos para tantas ações, mesmo num país tão pequeno. O sistema cadastral estava há mais de 50 anos sem passar por uma atualização e agora passa por um amplo processo de modernização. "O boom imobiliário dos últimos anos exige um cadastro moderno e atualizado para que o país mantenha uma boa taxa de crescimento econômico (atualmente de 5,5% ao ano)", disse o gestor. Entendem ainda que não vão gerar paz social se não houver um processo de modernização cadastral, no que se refere à posse da terra, muito menos desenvolvimento agropecuário.

"Altamente positivo; excelente e em boa hora"

Foi como Manuel Alcázar, Professor da Universidade de Jaén (Espanha), avaliou o II CNPFA

Por fim, como meta a ser atingida no período de 2016-2017, a ANATI pretende padronizar e unificar formulários técnicos e melhorar a cartografia nacional. Para isso, apoia-se num amplo processo de transparência de procedimentos, fundamentos legais e requisitos, como também de modernização cadastral, digitalização de mais de um milhão de mapas de propriedades, descentralização técnica e elaboração de anteprojeto de lei de procedimento único de adjudicação de terras.

Em seguida, a Gerente do Instituto Kadaster, **Mathilde Molendijk**, descreveu alguns aspectos sobre o funcionamento do cadastro no Reino dos Países Baixos (Holanda) e apresentou um novo conceito em administração de terras: o *Fit for Purpose (FFP)*, ou "adequado ao propósito".

De acordo com Mathilde, o cadastro da Holanda e ilhas pertencentes ao Reino dos Países Baixos tem uma característica muito importante: a transparência. Por ser um registro público, há diversas informações como mapas cadastrais, valores de propriedades, dentre outras que estão disponíveis para o cidadão. É possível ter acesso sobre a relação de imóveis até da família real. "O cidadão só tem que ir a um único órgão de Governo, pois toda a informação é compartilhada, de tal modo que os nomes dos cidadãos no país podem ser encontrados em milhares de bases de dados de diferentes instituições", destacou.

Diferente do resto do mundo, onde há segmentação das funções de cadastro e registro em diferentes instituições, na Holanda, segundo Mathilde, só é preciso descer um piso no edifício onde trabalha para encontrar os registradores de imóveis, pois o cadastro e o registro holandês funcionam no mesmo lugar. "Estamos complicando muito a realidade ao termos diferentes instituições para atender a muitos direitos", frisou.

A abordagem FFP significa que a administração da terra nos países menos desenvolvidos deve ser barata, rápida e projetada para atender às necessidades das pessoas. Significa ainda que os sistemas são simples no início e podem melhorar ao longo do tempo, sempre que necessário ou relevante. É um processo dinâmico: os propósitos evoluem, assim também as administrações. O conceito é adotado por uma série de organizações internacionais que lidam direta ou indiretamente com o tema cadastral ou de administração de terras, a exemplo da Federação Internacional de Agrimensores (FIG). Há também muitas empresas atuando com esta ideia e muitas publicações estão disponíveis demonstrando várias experiências pelo mundo.

O FFP tem três elementos muito importantes: o marco jurídico, o institucional e o físico. No jurídico, uma característica essencial é a flexibilidade, assim como a igualdade quanto ao tema de gênero.

No marco institucional, deve-se pensar em romper as barreiras burocráticas para o alcance de uma boa governança. Desse modo, trabalhar com integração e transparência é um aspecto chave, pois a setorização não serve à sociedade. Uma instituição deve liderar o processo e promover a integração entre as demais. No marco físico, o papel do técnico é chave em todo este processo. É preciso mudar a forma de trabalhar, com coordenação e controle de qualidade, medições participativas, envolvendo as pessoas no processo.

Por fim, a representante holandesa considera que, para enfrentar os desafios mundiais no tema de administração de terras, é imprescindível que as instituições estejam abertas a mudanças, pois, para servir à sociedade, a administração deve possuir uma visão mais ampla e de futuro e não focar nos detalhes.

As palestras da manhã foram encerradas pelo Professor da Universidade de Jaén, na Espanha, **Manuel Alcázar Molina**, que falou sobre a avaliação imobiliária e cadastral rural: problemas, soluções e utilidades.

Apesar de considerar o cadastro espanhol eficiente e acessível pela sociedade, o professor Manuel destacou que não falaria apenas sobre este sistema propriamente dito. Mas decidiu aprofundar-se em um projeto de investigação dinâmico para servir como foco de discussão em um futuro próximo.

De acordo com o Professor, inicialmente deve-se saber o que é um cadastro efetivamente. "O que se necessita é um cadastro que tenha um múltiplo proveito e isso é algo particular de cada lugar, pois o cadastro deve levar em consideração o tempo, o espaço e a realidade política de cada país; e em função dessas diferenças há de ser desenvolvido um modelo cadastral do ponto de vista tecnológico e conceitual", disse. Molina explica ainda que cadastro é entendido como um inventário que descreve as características físicas, jurídicas e econômicas de bens imóveis. Este sistema tem que ser coordenado e acessível, com usabilidade e reutilização, unificado e universal, ou seja, entendido como uma coisa única, sem separação de urbano e rural, mas onde uma instituição atue na coordenação.



Para ele, o tesouro do cadastro é o dado, que deve ser confiável, ter informações relevantes, conseguido e mantido da forma mais econômica. O dado cadastral pressupõe uma obtenção rigorosa. Um cadastro não acaba nunca, pois é dinâmico, por isso, deve ser construído de forma progressiva. Para Manuel, é preciso ter em mente onde se quer chegar. "Mais de 90% das decisões que são tomadas na União Europeia baseiam-se em informações georreferenciadas", destacou. Esta é a única forma de organizar, segundo o professor. Do contrário, não se pode tomar decisões corretas. A tecnologia tem um papel importante nos cadastros de terra, mas o modelo desenhado e implantado de acordo com as necessidades é que é o mais desejado.

O projeto de cadastro deve ser um projeto de Estado e deve se acomodar a cada realidade, tais como: infraestrutura territorial, ordenamento fundiário, segurança jurídica, tributação imobiliária, estudos, bases disponíveis, referências, cartografia, multiusos. De acordo com o professor, não há muitos estudos no mundo sobre retornos da informação cadastral que o quantifique, mas sim do ponto de vista qualitativo. E isso faz toda diferença nas políticas sobre as questões fundiárias.

Para Molina, o principal problema é fazer com que o valor cadastral (VC) faça parte da base tributária. A solução, de acordo com ele, é tomar o VC como um valor de referência para outras ações administrativas, pois, nos valores cadastrais têm que ser compreendido o método de cálculo por quem vai pagar. A principal característica da valoração cadastral é que pode ser definida como uma avaliação administrativa que, com exceções, é gerida pela administração pública; é uma avaliação fiscal, legal, técnica e massiva de cada propriedade.

A qualidade e a utilidade do VC atribuído ao imóvel dependerá da informação predial capturada no trabalho de campo, dos observatórios imobiliários e do procedimento de coordenação e atualização. As normas técnicas de valores cadastrais devem apoiar-se em métodos. "Isso é uma das coisas que o Incra poderia liderar, pois pode produzir informações e processar outras, de modo a fornecer um produto aos demais usuários", afirmou. Ressaltou ainda o papel importante dos PFAs nessa atribuição. Manuel finalizou destacando a necessidade de fomentar a coordenação interinstitucional e o emprego do valor cadastral em diversos usos.



As apresentações e o vídeo das palestras internacionais estão disponíveis na página do Congresso.

Acesse sindpfa.org.br





SindPFA no **Simpósio Iberoamericano de Cadastro**em Medellín (COL)

Com a missão de projetar o SindPFA em fóruns qualificados de discussão de cadastro territorial e buscar expoentes internacionais para o II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários, o Diretor Presidente do Sindicato, **Sávio Silveira Feitosa**, e a representante da Comissão Organizadora do evento, **Ana Maria Faria do Nascimento**, participaram do IX Simpósio Iberoamericano de Cadastro, realizado de 8 a 12 de agosto, em Medellín, na Colômbia.

O evento discutiu a importância do valor cadastral para a gestão de terras na região iberoamericana e contou com a participação de 14 países, entre eles o Brasil, que, por meio do Incra, ocupa a Vice-Presidência do Comitê Permanente sobre Cadastro na Iberoamérica - CPCI.

A experiência internacional foi uma importante e rara oportunidade de intercâmbio de informações dentro da temática de cadastro, governança de terras, administração de terras e gestão territorial.

Os representantes do SindPFA retornaram convictos da importância de realização do II CNPFA e da temática apresentada - *Governança agrária como política de Estado* -, discutida mundialmente e cada vez mais presente no âmbito da América Latina. Foi possível perceber o quanto os países têm encarado a temática como estratégica e imprescindível para promover desenvolvimento e governança, desenvolver os meios urbano e rural com equidade, sustentabilidade econômica, social e ambiental, harmonizando crescimento econômico e cuidados com a sociedade.

SindPFA propõe uma nova governança agrária mediante um **ambiente institucional** adequado

Representantes do TCU, SRB e Fonacate comentaram as nuances dessa premente necessidade

O início da tarde do dia 30 de novembro foi marcado pela apresentação do painel com o tema *Uma nova institucionalidade para a governança agrária do Brasil*, exposto pelo Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA), Sávio Silveira Feitosa. Esse painel teve uma dinâmica diferente dos demais, visto que os outros componentes da mesa assistiram a apresentação e a comentaram posteriormente. Foram eles o Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) no Estado do Mato Grosso do Sul, Tiago Modesto Carneiro Costa, o Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei dos Santos Marques, e o Vice-Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Francisco de Godoy Bueno. A atividade foi coordenada pelo PFA **Haroldo Álvaro Freire Araújo Filho** (Sergipe).

O Diretor Presidente do SindPFA, **Sávio Feitosa**, apresentou aspectos gerais da Carreira de Perito Federal Agrário (PFA), o histórico da proposta de nova institucionalidade e a campanha por uma nova governança agrária, elaborados pelo Sindicato, além da situação atual da administração de terras no Brasil.

Sávio lembrou que, em 2013, ano de surgimento da proposta de um novo Incra, o SindPFA, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), solicitou dados cadastrais ao órgão, que culminou na publicação de matéria sobre o tema no jornal O Estado de S.Paulo. A notícia destacou enormes distorções sobre cadastramentos de terras em vários municípios no Brasil, demonstrando o quanto a política de ordenamento fundiário estava secundarizada na autarquia. A história do Incra revela que a instituição passou por várias fases desde a sua fundação: um período inicial cujo foco foi a colonização, especialmente nos governos militares, depois a criação e o desenvolvimento de projetos de assentamentos.











Para o SindPFA, a nova fase institucional deve caracterizar-se pela efetiva gestão de terras no país.

Feitosa também destacou que a Carreira é atualmente composta por aproximadamente 750 Peritos na ativa, quantitativo que vem sendo reduzido a cada ano, especialmente a partir de 2013, face às aposentadorias e à evasão do órgão, fato resultante da atual situação institucional, sem diretrizes de gestão e sem perspectivas de valorização. De modo geral, o trabalho dos Peritos Federais Agrários está relacionado às atividades finalísticas do órgão, no desenvolvimento de projetos de assentamento, na obtenção de imóveis e no ordenamento da estrutura fundiária.

Os Peritos também são importantes colaboradores da política agrária, com destaque aos trabalhos de capacitação na área de fiscalização da função social, realizado em parceria com a instituição, e o estudo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) como instrumento de política agrária. Além disso, a realização, pela categoria, do I Congresso Nacional dos PFAs, em 2011, abriu as discussões para uma proposta de um novo órgão.

Sobre a atual administração fundiária, o SindPFA entende que ela é complexa e não tem a integração necessária. Esta situação contribui para a sobreposição de políticas públicas, desconhecimento da realidade, desperdício de recursos públicos, conflitos por terra, sobrecarga do sistema judicial e, como consequência, uma desaprovação por parte da sociedade, que anseia por uma melhor prestação dos serviços públicos.

Em que pese essas deficiências, o país possui um razoável conhecimento sobre o próprio território, cujo volume de informações supera a extensão territorial de países como a Colômbia, por exemplo. Comparado a outros órgãos da administração federal, o Incra é quem dispõe de dados mais qualificados dos imóveis rurais, o que o torna estratégico para o Estado brasileiro e o credencia para liderar o processo de governança.

A proposta do SindPFA pode ser resumida em um novo redirecionamento institucional que priorize a gestão do território, apoiada em informações georreferenciadas, confiáveis e atualizadas, que sirvam para apoiar o processo de tomada de decisão.



Ou seja, a partir do conhecimento do território, o Estado poderá realizar planejamento, gestão, execução e desenvolvimentos das políticas públicas. Sávio explicou que o processo de reforma agrária se inicia pelo cadastro e deveria finalizar no cadastro, mas isso hoje não ocorre.

De acordo com o Diretor Presidente do Sindicato, atualmente a sociedade enxerga o Incra apenas como o órgão responsável por reforma agrária e, pelo que foi demonstrado durante todo o II CNPFA, a autarquia tem condições de apoiar o Estado brasileiro em muito mais.

Para ele, as discussões realizadas no Congresso chamaram a atenção para a agenda de desenvolvimento rural, que envolve diversos atores que precisam estar cientes das responsabilidades a serem cumpridas.

"A proposta do SindPFA vai no sentido de que aquilo que hoje está sobrando na instituição [o ordenamento da estrutura fundiária] seja priorizado e feito com qualidade, para que possamos apoiar outras políticas de Estado, que permeiam as ações dos governos", finalizou Sávio Feitosa.

O Presidente do Fonacate, **Rudinei Marques**, destacou que o ponto de partida para estabelecimento da governança agrária como política de Estado está delineado no próprio Acórdão do TCU que trata consolidação da legislação, integração dos órgãos públicos, sistemas, articulação de entes federados, inclusão no planejamento de governo e estabelecimento de indicadores e metas.

Rudinei destacou a violenta concentração de renda, de tal modo que o trabalho de governança pode colaborar com o processo de desconcentração e desenvolvimento do país. Além disso, é necessário mapear uma lotação e quantidade ideal de servidores ante a complexidade do tema e o tamanho do território do país, o que avalia como uma difícil pauta em função das recentes medidas do Governo de restrição fiscal.

Para ele, é necessária uma mobilização permanente, lembrando a que foi feita pelos integrantes da Carreira de Analista de Finanças e Controle (AFC), que se posicionou contrária à indicação do ex-Senador Gim Argelo para ocupar o cargo de Ministro. O trabalho teve o apoio de organizações não governamentais e da própria mídia, que expõe o tema no espaço público e promove o debate.

O representante do TCU, **Tiago Carneiro**, que já atuou em auditorias no Incra desde 2006 e visitou quase todos os Estados do Brasil, ressaltou algumas questões sempre recorrentes e não atendidas pela instituição, citando os Acórdãos nº 1942/2009 e 145/2010. "Já realizei auditorias desde as goteiras da garagem até a cadeira do Presidente", frisou o auditor.

Em 2010, quando foi feita a primeira auditoria na área fundiária, o Tribunal determinou que o Incra procedesse corretamente ao cadastro e à certificação do georreferenciamento de imóveis rurais. "Havia municípios que tinham área 10.000% maior em relação ao tamanho real, o que representa lixo nos sistemas institucionais", completou.

A grande questão levantada pelo representante do TCU no painel diz respeito à ausência de objetivos e mapas estratégicos, que sequer são descritos na página institucional do Incra, portanto, desconhecidos pela sociedade. Tiago citou instituições que possuem mapas estratégicos muito bem definidos, como a Receita Federal, a Polícia Federal e a Controladoria Geral da União.

Tiago concordou com Sávio Feitosa quando destacou que ninguém associa o Incra a outra coisa que não seja reforma agrária. De acordo com o auditor do TCU, as mudanças de gestão na instituição não são poucas, e alguns chegaram a proibir políticas como a de titulação de terras, por exemplo. Assim, o ciclo não se completa. "O Incra se tornou o filho problemático, pois só traz despesas e não receitas", sentenciou.

O representante da SRB, **Francisco de Godoy Bueno**, passou a visão do setor privado sobre essa temática. Godoy destacou a origem da entidade, uma instituição criada em 1919 e com quase 100 anos de existência, representando desde o início produtores rurais do ciclo do café de diversas regiões brasileiras e, mais atualmente, até do Paraguai, país que desponta como nova fronteira agrícola.

Assim como o SindPFA, a SRB sobrevive da contribuição voluntária dos associados, que acreditam nas ideias e nos resultados alcançados por meio da entidade. "Precisamos constantemente demonstrar que a instituição faz sentido e, a exemplo de vocês, contribuímos com uma estrutura de governança fundiária, de modo a facilitar os negócios de todos os setores envolvidos", disse.

Francisco de Godoy destacou que, para a SRB, é necessária uma reformulação da governança de terras no país, já que hoje o que ocorre é uma situação de ilegalidade na aplicação dos valores de terra aplicados para realização da reforma agrária. O palestrante destacou um caso em que um agricultor recebeu um valor cinco vezes menor que o valor real da terra. Esta diferença ocorre por conta da ineficiência do sistema institucional de governança de terras do Estado, que, mesmo com excesso de leis, não consegue garantir o direito das pessoas, por mais legítimo que estes sejam.

O expositor corroborou com o que foi dito pelos demais no que diz respeito às funções do Incra e a pequena quantidade de servidores para realizar a gestão de um território do tamanho do Brasil. Para ele, durante as apresentações feitas no Congresso, foi possível perceber que momentos históricos demonstraram que o Estado brasileiro, como um todo, está esgotado. "Não há mais recursos e a sociedade não suporta mais suprir o Estado para financiar todo tipo de política pública que possa transformar a sociedade", disse.

E qual seria solução disso? Para Godoy, o Estado deve se concentrar nas atividades essenciais, como a governança de terras, esta deve estar a cargo de agentes de Estado, que devem atuar no limite em que é necessária uma posição republicana, onde não há conflitos de interesses.

Francisco Godoy finalizou afirmando que algumas funções de atendimento às pessoas devem ser assumidas por outros entes, citando o exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, cenário em que empreendedores (pequenos ou grandes) operam a política pública, cabendo ao Estado o gerenciamento.



A apresentação e o vídeo desse painel estão disponíveis na página do Congresso na internet. Acesse **sindpfa.org.br**

Política de carreira, valorização e desenvolvimento profissional são temas de importante momento do Congresso

Estado e servidores têm responsabilidades inexoráveis no desenvolvimento do serviço público

Sob a coordenação do Perito Federal Agrário (PFA) **Renato Faccioly de Aguiar** (Médio São Francisco), a última mesa redonda do II CNPFA teve como tema *Política de carreira, desenvolvimento e valorização profissional.* A atividade contou com a presença do Engenheiro Agrônomo, Conselheiro e Diretor de Fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF), Kleber Souza dos Santos, do Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Daro Marcos Piffer, e também do Perito Federal Agrário e ex-Presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra (Assinagro), Gilmar do Amaral.

Iniciando o debate, **Kleber Souza dos Santos** enfatizou as origens e as atuais atribuições do sistema Confea/Crea, que nasceu no século passado, em consequência das lutas das entidades de classe que primavam por uma instituição que tivesse por escopo a valorização profissional e a defesa da sociedade. Ao contrário do que muitos pensam, salientou o palestrante, o Crea não é uma espécie de cartório arrecadatório, mas uma autarquia que visa a fiscalização profissional em prol da sociedade e da própria categoria, na defesa das atribuições previstas em lei.









Kleber destacou que foi justamente a Agronomia a primeira profissão a ser regulamentada por força do Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1.933.

O Conselheiro e Diretor de Fiscalização do Crea-DF entende que a Carreira de PFA, ocupada exclusivamente por engenheiros agrônomos, com grande leque de atribuições da Agronomia previstas em lei, têm uma visão sistêmica do que se pretende chamar de governança agrária, assumindo assim papel relevante nessa discussão.

Entretanto, Kleber acredita também que, para efetiva implementação de uma política de governança agrária, outras categorias profissionais afinadas com o tema, como é o caso dos engenheiros agrimensores e cartógrafos, são de fundamental importância e precisam ser inseridas no processo.

Em seguida, **Daro Marcos Piffer**, Presidente do Sinal, destacou a questão de política de carreira. Segundo ele, no âmbito estatal, o plano de cargos e carreiras deve estar direcionado para a valorização e capacitação do servidor público, tendo como último fim a disponibilização de mais serviços à sociedade, com eficiência e qualidade.

Daro criticou a grande quantidade de níveis que normalmente são impostos nos planos de cargos e carreiras para que o servidor atinja o topo da carreira. Para ele, não tem sustentação lógica a justificativa de que poucas etapas para ascensão desmotivariam o servidor.

A valorização em termos remuneratórios ao longo do tempo é necessária. Já que, de acordo com Daro Piffer, com o decorrer dos anos o servidor, em tese, fica mais preparado para o serviço que presta ao público. "Três níveis para a ascensão na carreira seria mais que suficiente", acrescentou.

Outra questão criticada pelo palestrante foi a diferença remuneratória entre carreiras consideradas estratégicas para o Estado. No Brasil, salienta Daro, carreiras jurídicas, por exemplo, são extremamente valorizadas em detrimento de outras carreiras típicas de Estado, como as de fiscalização, que são igualmente cruciais para o bom andamento da máquina estatal.

De igual modo, as avaliações de desempenho nos moldes atuais foram questionadas: hoje servem mais como instrumento para punir o servidor. Para o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Kleber Santos, o II CNPFA proporcionou um

"profícuo debate sobre organização profissional e governança agrária"

Para isso já existe o processo administrativo disciplinar, lembra Daro. O palestrante complementou que cumprir o que lhe cabe é dever do servidor e não pode ser visto como meritocracia. Assim, a avaliação de desempenho deve ter como foco a melhoria da qualidade de serviço prestada à sociedade, dando treinamento, capacitando o servidor público. Seguindo nessa linha, Daro questionou os presentes o porquê de não se criar um concurso para cargos comissionados e congêneres. Historicamente, as nomeações para esses cargos se dão mais por razões de ordem política do que por meritocracia.

Por fim, trouxe à luz o Projeto de Lei nº 3.831/2015 que regulamenta a negociação coletiva no serviço público e está em tramitação na Câmara dos Deputados. De acordo com Daro, as negociações devem ocorrer com ampla participação dos representantes dos servidores e dos entes estatais. Questões como planos de carreira, remuneração, planos de saúde, condições de trabalho e capacitação devem ser objeto dessas negociações.

Fechando o ciclo da mesa redonda, **Gilmar do Amaral**, Perito Federal Agrário, deu ênfase à valorização profissional, tema, segundo o palestrante, bastante delicado face ao ambiente político que o país vivencia no momento. O PFA salientou que o capital intelectual de uma instituição é o servidor e que não há inovação sem criatividade e não há criatividade sem bons profissionais na prestação do serviço público.

Saiba mais sobre o Projeto de Lei nº 3.831/2015

O Projeto regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, para estabelecer normas gerais para a negociação coletiva dos servidores públicos e recebeu atenção especial do Fonacate.

Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Foi originalmente apresentado pelo Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), sob o nº 397/2015, e aprovado nas comissões do Senado ainda no ano de propositura. Na Câmara, o PL recebeu o nº 3.831/2015. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou, no dia 5/7/2017, o parecer favorável da Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que manteve o texto original.

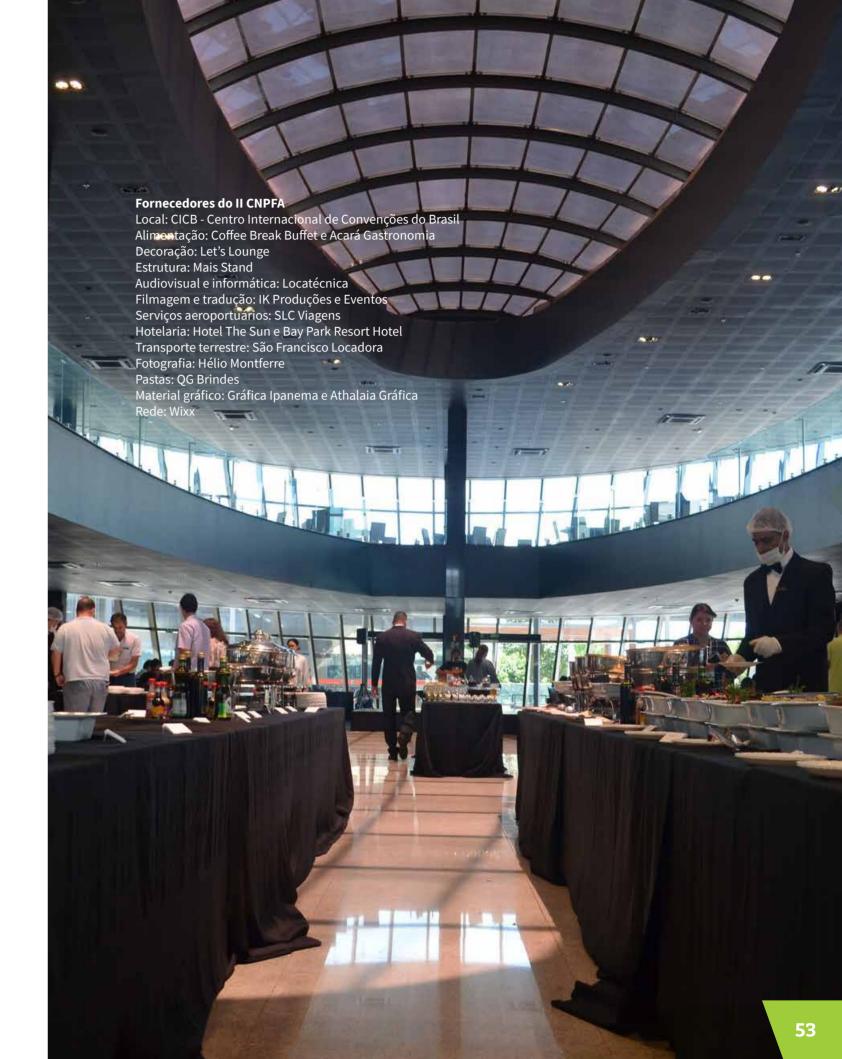
O projeto seguiu para apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde, em 26/9/2017, recebeu parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), e foi aprovado. Foi, enfim, remetido à sanção presidencial.

importante na formação dessa massa crítica. É desse modo que se deve buscar a valorização profissional, mirando também a qualificação técnica dos servidores e promovendo, paralelamente, a formação de gestores.

Ao finalizar, Gilmar do Amaral acredita que é importante aprofundar as discussões acerca da possibilidade de outras formações profissionais integrarem a Carreira, a exemplo do que acontece atualmente com os Auditores Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

> As apresentações e o vídeo dessa mesa redonda estão disponíveis na página do Congresso na internet.

Acesse sindpfa.org.br



prol da sociedade.

dentro da política pública. É preciso, portanto, buscar interação com outras instituições e com os servidores do órgão, pois o Incra ainda trabalha de forma bastante isolada. Para o PFA, o servidor deve influenciar os rumos da

O palestrante instigou os partici-

pantes do Congresso a refletirem

sobre o que é ser um bom servidor

e o que é de fato valorização profis-

sional. Ao bom servidor, pensa

Gilmar, é imprescindível uma visão

crítica acerca do que faz. De acordo

com ele, é preciso capacidade críti-

co-reflexiva acerca do que se faz em

Gilmar afirmou que, muitas vezes,

não se sabe até onde nossos

afazeres dentro da instituição em

que trabalhamos se encaixam

instituição e das políticas públicas em geral; e os sindicatos têm papel

Debates dos PFAs no Congresso fundamentam diretrizes estratégicas

Divididos em grupos de trabalho, Delegados discutiram os pilares da valorização: política relevante, instituição forte e Carreira capaz

A manhã do último dia do II CNPFA foi marcada por diversos debates internos entre os Peritos Federais Agrários. Os participantes do Congresso, na condição de delegados, foram convidados a se dividir em três grupos de trabalho com a finalidade de discutir e elaborar propostas sobre os três eixos temáticos do evento, respectivamente:

- Desafios para uma efetiva governança agrária no país;
- Modelo institucional de governança agrária como política de Estado; e
- Política de carreira, desenvolvimento e valorização profissional.

Para cada grupo, a Diretoria designou um coordenador e um secretário. Os grupos tinham liberdade para definir a dinâmica de discussão, podendo levar até dez propostas à plenária, escolhendo um relator para apresentá-las à totalidade de delegados. A Comissão Organizadora dividiu-se para acompanhar os debates nos grupos.

O primeiro grupo, relativo ao primeiro eixo temático, foi coordenado pelo PFA Reginaldo Toledo Ruiz (São Paulo), secretariado pela PFA Janice Morais Oliveira (Goiás) e teve como relator para a plenária o PFA Geraldo Batista Martins (Paraná).

O grupo 2, que discutiu o aspecto institucional, contou com o PFA Ederson Littig Bruscke (Rondônia) na coordenação, o PFA André Bocorny Guidotti (Rio Grande do Sul) como secretário e o PFA Henrique Seleme Lauar (Goiás) como relator.

O terceiro discutiu os temas de carreira, tendo como coordenador o PFA Marcel Mendes Muller (São Paulo), como secretário o PFA Geraldino Gustavo de Queiroz Teixeira (Tocantins) e como relator o PFA João Daldegan Sobrinho (Brasília).

Após os debates, cada grupo apresentou as suas proposições ao pleno do Congresso, que as discutiu e votou.







Cerca de 200 PFAs reuniram-se para os encaminhamentos do Congresso

Mais de 20 propostas foram aprovadas para balizar o trabalho de valorização da categoria

O Estatuto do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários atribui ao Congresso a responsabilidade de definir "as diretrizes gerais e propostas de atuação do SindPFA".

Dos três grupos de discussão, foram extraídas 24 propostas que foram levadas para apreciação de todos os PFAs delegados em plenária realizada na tarde do dia 1º de dezembro, último dia do Congresso. A atividade foi presidida pelo Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Silveira Feitosa, acompanhado de Janice Morais Oliveira (Goiás), Ederson Littig Bruscke (Rondônia) e Marcel Mendes Muller (São Paulo), representando os respectivos grupos de trabalho, e Gilmar do Amaral (Santa Catarina), que auxiliou na condução dos trabalhos.

Após a leitura das propostas por cada coordenador, foi feita a defesa delas pelo relator de cada grupo, e, em seguida, cada uma foi votada individualmente pelos Delegados, como estabelecia o Regimento do Congresso. A votação foi inovadora e ocorreu de forma eletrônica, por meio de *tokens*.



As decisões do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários são:

- 1. O SindPFA deve ter a capacidade política e técnicoadministrativa para conquistar aliados, instituições e a sociedade de forma permanente, a fim de dar sustentabilidade política para transformar a governança agrária em política de Estado.
- 2. Buscar junto ao Incra e outras instituições mecanismos para ampliar a capacitação da categoria em tecnologias de geoinformação, de banco de dados, cartografia digital, dentre outras.
- **3.** Organizar um grupo de estudos de gestão estratégica da terra
- **4.** Propor a integração das bases de dados cadastrais existentes, com o objetivo de tornar o Incra gestor desse sistema de informações cadastrais a médio e longo prazo.
- **5.** Fazer gestões para a constituição de uma frente parlamentar em torno da governança agrária em todas as esferas governamentais.
- **6.** Defender a criação e estruturação de varas agrárias em todo o país.

- 7. Defender a democratização e a transparência da gestão do Incra, com apoio de representantes dos servidores, da sociedade e instituições, realização de consultas dirigidas, entre outros mecanismos de participação.
- **8.** Promover ações para consolidar a compreensão da categoria sobre governança agrária, com base no material e discussões do II CNPFA, na forma de termo de referência, para subsidiar discussões internas e externas, de modo a tornar permanentes as discussões sobre esse tema, não obstante as constantes mudanças de gestores.
- Oficiar o Incra e esferas superiores do Governo sobre a necessidade de transparência (informação) e participação (discussão) na formulação de legislações e normas.
- 10. Sistematizar, quantificar e divulgar os resultados das áreas temáticas afins à atuação dos Peritos Federais Agrários nos aspectos sociais, econômicos e ambientais a favor de uma eficiente governança agrária e da valorização dos servidores.

- **11.** Defender a reestruturação do Incra para a execução de atividades que promovam uma efetiva governança agrária.
- **12.** Defender a criação da Diretoria de Governança Agrária, a qual abarcaria os macroprocessos de cadastro, regulação, fiscalização e controle que o Incra hoje executa.
- **13.** Defender a agregação de todas as ações de fomento na Diretoria de Desenvolvimento.
- 14. Promover a interlocução com outras categorias do Incra e de outros órgãos federais (SRF, DNIT, DNPM, Funai, ICMBio, Fundação Palmares, SPU, MTE, etc.), estaduais e municipais envolvidos com a governança agrária, objetivando a integração de entidades representativas e das ações.
- 15. Defender a criação de uma escola de governo para capacitação continuada da categoria
 com foco na governança agrária, utilizando
 como instrutores, além dos próprios Peritos
 Federais Agrários, os parceiros de outras instituições a exemplo do Instituto Brasileiro de
 Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape),
 institutos internacionais e nacionais, Escola
 Nacional de Administração Pública (Enap),
 Escola de Engenharia e Agrimensura de
 Pirassununga, entre outras -, cobrando a
 elaboração e a execução de um plano de
 capacitação da Carreira.
- **16.** Continuar a defender a efetiva implementação da política de equipamentos de proteção individual, exigência de veículos adequados e em condições seguras, pagamento de diárias a tempo, de acordo com a legislação, combatendo, também, o desvio de função e a ausência de critérios para escolha de gestores do Incra.
- **17.** Promover estudo sobre a viabilidade de uma carreira transversal no Governo Federal, exercida pelos Peritos Federais Agrários, com

- incorporação de outras formações de nível superior, revisão da nomenclatura do cargo e Carreira, bem como definição do escopo das atribuições.
- **18.** Criar grupo de estudo para modificação da metodologia de fiscalização e avaliação, a partir da efetiva implantação do CNIR, visando à maior eficiência e produtividade (modelo da Receita Federal).
- **19.** Continuar lutando pela remuneração por subsídio ou, alternativamente, gratificação por titulação e localidade.
- **20.** Promover análise técnico-jurídica de uma eventual Medida Provisória sobre a titulação de Projetos de Assentamentos e regramentos derivados, bem como a garantia da participação efetiva no processo de titulação.
- **21.** Promover proteção jurídica dos Peritos Federais Agrários nas superintendências regionais na execução das atividades específicas da Carreira.
- 22. Promover a divulgação da Carreira, com a criação de grupo de trabalho para levantamento das receitas geradas e despesas evitadas, ampliando o diálogo e a integração interna e externa.
- **23.** Constituir banco de dados com expertise dos Peritos Federais Agrários e valorização das câmaras técnicas.
- **24.** Defender o concurso de remoção e novos concursos para a Carreira.

Designado pela Comissão Organizadora, o PFA Haroldo Álvaro Freire Araújo Filho (Sergipe) fez a leitura das decisões no encerramento da plenária.



Na página do Congresso na internet, você encontra o vídeo da Plenária e os números das votações de cada proposição.

Acesse sindpfa.org.br



Solenidade de posse da nova Diretoria encerra o II Congresso

Estabelecidas as diretrizes políticas, os novos mandatários tomam posse para levá-las adiante

A plenária do II CNPFA encerrou-se com a posse dos novos membros da Diretoria Colegiada, das Delegacias Sindicais e do Conselho Fiscal do SindPFA, eleitos para o período de dezembro de 2016 a novembro de 2018. A PFA Hayla Devanne Santos Siqueira (Brasília-DF), que presidiu a Comissão Eleitoral Central, deu posse aos novos mandatários.

A nova diretoria representou uma renovação de 75% dos membros e a composição é a maior em participação feminina em toda a história do Sindicato: 37% dos cargos estão ocupados por mulheres, enquanto a parcela feminina no total de Peritos é de 15,3%.

O Diretor Presidente, Sávio Silveira Feitosa, foi reconduzido ao cargo e discursou na solenidade: "a grandeza e a riqueza do que foi vivido aqui nesses dias precisa servir para extirpar definitivamente de nós qualquer complexo de inferioridade que vez por outra a gente vê permear os fóruns e as conversas. Limitada está a nossa Instituição e não a nossa Carreira".

Disse ainda: "saímos daqui com um Sindicato muito mais maduro, forte e agora reconhecido legalmente como tal. Tenho certeza que estamos mais preparados para a luta e que voltaremos às nossas regionais revigorados e com mais entusiasmo".

A Solenidade de Posse contou com a presença de convidados e autoridades, como o Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Pedro Cavalcanti, e o Diretor Parlamentar, Renato Dias, que discursaram no encerramento do Congresso.

Em seguida, foi realizado um jantar de encerramento do II CNPFA.



II Congresso promoveu Concurso de Trabalhos e exposição

Quatro trabalhos foram premiados; dois deles de profissionais aposentados

O II CNPFA promoveu um Concurso de Trabalhos, com o objetivo de incentivar o debate técnico, institucional e político dos membros da Carreira de Perito Federal Agrário em torno das suas atividades e contribuir para o desenvolvimento da categoria e do SindPFA, que a representa.

Foram 14 os trabalhos apresentados pelos PFAs que atingiram o mínimo de 60% da pontuação máxima possível e, de acordo com o Regulamento do Concurso, foram aprovados e expostos durante todo o Congresso no *hall* do auditório principal.

Quatro trabalhos foram premiados, um pela pontuação máxima atingida no geral, e outros três pela maior pontuação em cada um dos eixos temáticos do Congresso. Durante a plenária do evento, os autores receberam, dos membros da Comissão de Avaliação dos Trabalhos, a premiação e os certificados.

O PFA aposentado **Milton Santos de Amorim**, de Brasília, conquistou o maior prêmio por ter alcançado o 1º lugar na classificação geral e no Eixo 2 - *Modelo institucional necessário para a governança agrária como política de Estado* - , com o trabalho *Atores institucionais e acesso aos recursos fundiários: incluindo estudos de caso de onze unidades da Federação da Região do Semiárido*. O Coordenador da Comissão de Avaliação dos Trabalhos, Bruno Gomes Cunha (Sergipe), entregou-lhe o troféu. Milton também foi premiado com um tablet.

No Eixo 1 - Desafios para a governança agrária no país - , o PFA Ronaldo Pereira Santos e Vinícius Passos Pizziolo, do Amazonas, conquistaram o 1º lugar como autores do trabalho Proteção ambiental versus expansão agropecuária: uma análise jurídica da destinação de terras públicas para criação de unidades de conservação no sul do Amazonas. Eles receberam um prêmio de R\$ 1.000,00.

Já no Eixo 2 - Modelo institucional necessário para a governança agrária como política de Estado - , os PFAs Raimundo Dárcio Lisboa Fernandes e Blunio Brito Bernardo foram premiados por conquistarem o 2º lugar, com o trabalho *Implementação da governança agrária nacional*. O 1º colocado foi premiado na classificação geral. Dárcio e Blunio também receberam um prêmio de R\$ 1.000,00.

O PFA aposentado **João Bosco Machado Ferreira Lima**, do Maranhão, conquistou o 1º lugar no Eixo 3 - Política de carreira, desenvolvimento e valorização profissional - , com o trabalho O poder de barganha e o empoderamento no serviço público. João Bosco recebeu, além do troféu, um prêmio de R\$ 1.000,00.







Sob a forma de estudo de caso, o trabalho vencedor enfoca a avaliação dos mecanismos de gestão fundiária nos onze estados que integram a região do Semiárido. Segundo Milton Amorim, para o alcance da exata dimensão da governança agrária, é preciso considerar a participação institucionalizada, planejada e, principalmente, sistêmica dos entes federados. O maior desafio é colocar num outro patamar o apoio do Governo Federal aos Estados visando à regularidade jurídica das terras sob sua jurisdição, com concomitante constituição de um banco de dados georreferenciado, como preconizado no artigo 46 do Estatuto da Terra (1964) e na Lei nº 10.267/2001, que criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

O autor finaliza com uma proposta de aprimoramento e adequação dos mecanismos de gestão fundiária, para ser implementada no bojo do novo Plano Nacional de Regularização Fundiária, que integra o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, que, por sua vez, catalisa a necessidade do desenvolvimento de um modelo sistêmico federativo, a exemplo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sisbrater), com o intuito de articular a atuação dos diversos órgãos nas instâncias federal, estadual e municipal.

João Bosco Machado 63





Comissão de Avaliação de Trabalhos

A Comissão Organizadora do Congresso, com o apoio da Diretoria Colegiada, designou quatro PFAs para compor a Comissão de Avaliação dos Trabalhos: um coordenador e três avaliadores analisaram todos os trabalhos recebidos, de forma impessoal, segundo o regulamento criado para esse fim. Conheça, a seguir, os membros da Comissão de Avaliação.







Bruno Gomes Cunha (Sergipe)

Coordenador da Comissão de Avaliação dos Trabalhos

Engenheiro Agrônomo e Mestre em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutorando no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ocupou o cargo de Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos do Incra em Minas Gerais no biênio 2012-2013. Foi Delegado Sindical do SindPFA na Superintendência de Sergipe na gestão encerrada em 2016 e eleito como Suplente nesta mesma regional para a gestão 2016-2018.

Carlos Shigeaky Weky Silva (Brasília) Avaliador da Comissão de Avaliação dos Trabalhos

Engenheiro Agrônomo e Mestre em Fitotecnia na área de manejo e conservação do solo e da água pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É Chefe da Divisão de Análise e Estudo do Mercado de Terras do Incra, em Brasília (DF). Foi Delegado Sindical do SindPFA em Brasília de 2011 a 2014, e Conselheiro Fiscal do SindPFA desde então.

Tiago de Melo (Goiás)

Avaliador da Comissão de Avaliação dos Trabalhos

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Bacharel em Direito. No SindPFA, foi eleito Diretor de Aposentados e Pensionistas e Delegado Sindical da Superintendência de Goiás para a gestão 2016-2018.

João Batista Jornada da Jornada (Amazonas) Avaliador da Comissão de Avaliação dos Trabalhos

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ocupou o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Relações Públicas no SindPFA em 2014 e 2015, quando assumiu a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) do Amazonas.



Jornada não pôde viajar para o II CNPFA e foi representado, na entrega de prêmios e certificados, pela PFA Djalmary de Souza e Souza.

Palcos do II Congresso foram ocupados pelos PFAs

Talentos diversos foram compartilhados pelos congressistas em vários momentos do evento

Nem só de mesas redondas, painéis e debates foi realizado o II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários. O evento proporcionou momentos de interação e descontração entre os congressistas. No primeiro dia ocorreu um coquetel após a palestra inaugural e, no encerramento, foi realizado um delicioso jantar.

Foram os Peritos Federais Agrários quem protagonizaram a parte cultural do Congresso. Logo na abertura, Paulo Roberto David de Araújo (São Paulo) apresentou-se tocando gaita e violão. Paulo é autor do primeiro CD de rock em latim, vendido evento.

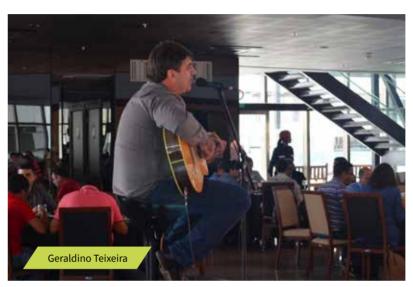
Durante os almoços dos dias 29 de novembro a 1º de dezembro, apresentaram-se no amplo restaurante do Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) os PFAs Ronaldo Pereira Santos (Amazonas), Geraldino Gustavo Queiroz Teixeira (Tocantins) e novamente Paulo Roberto David de Araújo.

O aposentado João Bosco Machado Ferreira Lima (Maranhão) expôs suas xilogravuras no *hall* do auditório principal.

Os congressistas, a Comissão Organizadora e a Equipe de trabalho celebraram o sucesso do evento na noite do dia 1º de dezembro, com um jantar dançante no restaurante do CICB em comemoração à conclusão, com grande êxito, do II CNPFA.

A animação desta noite ficou por conta de Carlos Shigeaky Weky Silva (Brasília) e sua banda. Carolina dos Santos Araújo (Pará) cantou no encerramento, André Parisi Conde (São Paulo) tocou baixo e Helbeth Braz Fernandes (Marabá) tocou guitarra. Geraldino Gustavo e Paulo Araújo também voltaram ao palco no encerramento.



















Peritas

Discussão de **pauta feminina** antecedeu o II CNPFA

Encontro Nacional das Peritas Federais Agrárias reuniu cerca de 30 mulheres

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2016, às vésperas do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários, aconteceu o I Encontro Nacional das Peritas Federais Agrárias (I ENPFA), no Bay Park Resort, às margens do Lago Paranoá, em Brasília (DF). O evento contou com a participação das Peritas que vieram para o Congresso e outras profissionais da Capital Federal, com o tema: "Participação das Peritas Federais Agrárias nos espaços de decisão".

O evento foi aberto pelo Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Feitosa, e pelo Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Leonardo Góes. Em seguida, o ex-Diretor Presidente do SindPFA, Ricardo Pereira, também contribuiu para o evento trazendo a discussão sobre a importância do Instituto de Terras do Brasil e as carreiras agrárias, de modo a antecipar a discussão do Congresso.

Nos dois dias de evento, ocorreram três mesas redondas e um painel, que discutiram questões de gênero, políticas públicas e os direitos da mulher, participação das mulheres em espaços de poder e formação sindical. O encontro reuniu cerca de 30 PFAs e os debates foram fomentados pela Assessora Parlamentar que atua no Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal, Mariana

Jacob, pela Jornalista e ex-Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres, Kátia Souto, pela Deputada Federal Erika Kokay, por Iracy Vieira, pós-graduada em Engenharia do Meio Ambiente e do Controle da Poluição, e por Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A Comissão que organizou o encontro foi formada pelas PFAs Teresinha Aguiar (Diretora de Aposentados e Pensionistas e Delegada Sindical na Paraíba), Mariana Rodrigues (Mato Grosso), Cláudia César (Delegada Sindical no Piauí), Djalmary Souza (Delegada Sindical no Amazonas), Janice Oliveira (Goiás), Ludmilla Carvalho (Goiás) e Priscilla Martinelli (Pernambuco).

O I ENPFA proporcionou a troca de vivência e conhecimento entre as Peritas participantes, o que, certamente, possibilitou mais empoderamento na participação sindical. Com um recorde de atuação feminina nos cargos executivos do SindPFA, a gestão 2016-2018 tem 22,4% dos cargos (Diretoria e Delegacias) ocupados por mulheres, quando o percentual feminino na Carreira é de 15,3%. Algumas propostas foram encaminhadas no Encontro, no sentido de aumentar e consolidar espaços de participação feminina na representação sindical. As propostas foram lidas no II CNPFA e são objeto de debate da atual Diretoria Colegiada.



Realização:



Apoio:











Éxito do Congresso foi comprovado na avaliação dos seus delegados

98% dos congressistas consideraram o II CNPFA oportuno e 95% avaliaram o evento de hom a excelente

As avaliações do II Congresso dos PFAs são, em ampla maioria, muito positivas; especialmente em relação à evolução da sua organização em relação à primeira edição, realizada em 2011.

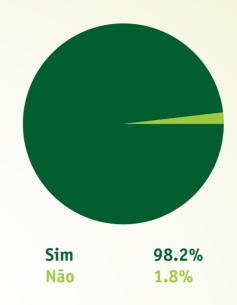
Foi naquele I CNPFA que a categoria, então representada pela Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra (Assinagro), decidiu pela transformação da entidade em um Sindicato, então fundado em 5 de dezembro de 2011. No II CNPFA, ficou evidenciada a evolução da Carreira e de sua representação, agora pelo SindPFA que, durante o segundo Congresso, recebeu a chancela definitiva do Registro Sindical como representante de fato e de direito dos Peritos Federais Agrários.

A qualidade técnica dos expositores também foi muito bem avaliada. Fazer um Congresso bem feito reflete a importância da Carreira e a sua capacidade de se organizar, em que pese as dificuldades sempre presentes. A Diretoria Colegiada e a Comissão Organizadora pensaram o evento como um instrumento para reavivar as forças dos profissionais da Carreira e também como propulsor da mudança que a política agrária carece, a começar pelo próprio espírito de luta.

"Somos nós os atores para a transformação. E, nisso, vamos convir: Estamos encerrando hoje um Congresso maravilhoso!", disse o Diretor Presidente, Sávio Feitosa, ao finalizá-lo.

Veja a seguir a avaliação do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários pelos Congressistas.

O II CNPFA foi oportuno?



"Voltando muito mais motivada e disposta a colaborar nas atividades sindicais como também profissionalmente nas instâncias intra e interinstitucional; o SindPFA faz um trabalho sério, competente, digno de nosso reconhecimento, pois, em meio a tantos desafios, mantém a motivação e profissionalismo visíveis"

PFA Luciene Martins dos Santos Sena (Tocantins)

"Estamos no caminho certo para o fortalecimento da Carreira e para promoção das mudanças que queremos"

PFA Moacir André Horn (Rondônia)

"Do início ao final, foi um destaque só. Parabéns pela organização e por nos convidar a participar deste grande evento"

Vicente de Paulo Teixeira, da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás (Aeago)

"O trabalho da Comissão Organizadora foi fantástico, um dos eventos mais organizados da nossa categoria de todos os tempos"

PFA Paulo Gustavo de Alencar (Piauí)

"A equipe está de parabéns pelo empenho, dedicação e solicitude no atendimento aos congressistas"

PFA Saulo Oliveira da Silva (São Paulo)



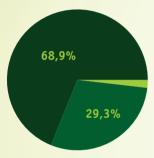
>5	0	0%
6	2	1.2%
7	4	2.5%
8	36	22.2%
9	63	38.9%
10	56	34.6%

"Parabéns pela iniciativa.
Assuntos de relevância e local
de excelência. Agradeço a
cordialidade no convite e desejo
sucessos nos próximos eventos"

Renata Furtado, Coordenadora-Geral de Assentimento Prévio no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República "O melhor do evento foram as trocas de experiências com palestrantes internacionais, a qualidade e seriedade que foi dedicado à realização do Congresso"

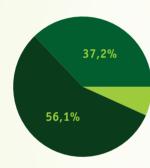
PFA Neyla Diógenes Mendonça Andrade (Ceará)

Tema Central "Governança agrária como política de Estado"



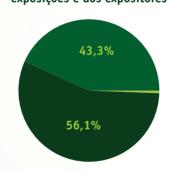
Excelente Bom	113 48	68,9% 29,3%
Regular	3	1,8%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%

Subtemas abordados



Excelente Bom	61 92	37,2% 56,1%
Regular	11	6,7%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%

Qualidade técnica das exposições e dos expositores



Excelente	71	43,3%
Bom	92	56,1%
Regular	1	0,6%
Ruim	0	0%
Pássimo	0	0%

"O principal destaque foi a escolha do tema do Congresso, não focando apenas na carreira, mas pensando em uma ação estruturante, a governança agrária"

PFA Lineu Erlei D'Agostin (Paraná)

72

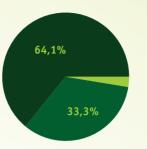
"Foi possível perceber o interesse dos participantes na busca de uma Carreira mais forte e valorizada"

PFA Blunio Brito Bernardo (Pará)

"Esta edição teve uma organização excepcional, com alto índice de profissionalismo e elevado nível nas discussões"

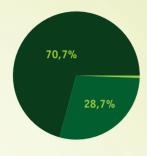
PFA Luís Renato Jasniewicz (Rio Grande do Sul)

Serviços aeroportuários

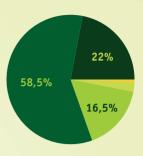


100	64,1%	
52	33,3%	
4	2,6%	
0	0%	
0	0%	
	52 4 0	52 33,3% 4 2,6% 0 0%

Translado aeroporto / hotel / local do evento



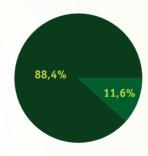
Excelente	116	/0,/%	
Bom	47	28,7%	
Regular	1	0,6%	
Ruim	0	0%	
Péssimo	0	0%	



Hospedagem

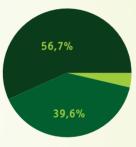
xcelente	36	22%
om	96	58,5%
egular	27	16,5%
uim	4	2,4%
éssimo	1	0,6%

Local do evento (CICB)



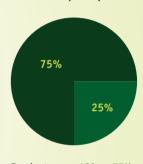
Excelente	145	88,49
Bom	19	11,69
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%

Formato do auditório e das apresentações



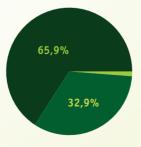
Excelente Bom	93 65	56,7% 39,6%
Regular	6	3,7%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%

Informações / divulgação atendimento / receptividade



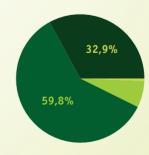
123	75%
41	25%
0	0%
0	0%
0	0%
	41 0 0

Alimentação



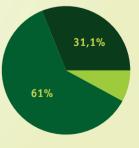
Excelente	108	65,9%	
Bom	54	32,9%	
Regular	2	1,2%	
Ruim	0	0%	
Péssimo	0	0%	

Apresentações musicais



Excelente	54	32,9%
Bom	98	59,8%
Regular	11	6,7%
Ruim	1	0,6%
Péssimo	0	0%

Concurso de Trabalhos / exposição



Excelente	51	31,1%
Bom	100	61%
Regular	13	7,9%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%



Comissão Organizadora do II CNPFA

A realização do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários (II CNPFA) só foi possível graças ao trabalho de uma competente Comissão Organizadora, cujos membros foram designados pela Diretoria Colegiada em abril de 2016. Os quatro PFAs que a compuseram foram responsáveis pela elaboração do texto-base e dos regramentos do evento e do Concurso de Trabalhos, pela escolha e contato com palestrantes e painelistas, pelo conteúdo e pela excelência das apresentações e articulação com a equipe do SindPFA visando à estrutura e logística do evento.

Foram várias as reuniões no período que antecedeu o Congresso, visitas a locais e fornecedores indicados pelos profissionais do Sindicato, além de atuação direta para a busca de patrocínios e apoios. Eles também atuaram no pós-Congresso, na elaboração dos documentos.

Conheça os membros da Comissão Organizadora do II CNPFA:

Ana Maria Faria do Nascimento (Santa Catarina)

Engenheira Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e especializada em Gestão Pública. Foi Chefe da Divisão de Análise e Estudo do Mercado de Terras do Incra, em Brasília (DF), Chefe do Serviço de Obtenção de Terras e Chefe Substituta de Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da regional do Incra em Santa Catarina. Ocupou os cargos de vice-presidente da Assinagro e Diretora Financeira do SindPFA. À época do Congresso, Ana Nascimento estava lotada em Santa Catarina.

André Fernando Dosualdo (São Paulo)

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Atua junto à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, em cadastro rural, certificação, treinamento e apoio às unidades municipais de cadastro (UMC). No SindPFA, ocupou os cargos de Delegado Sindical na regional de São Paulo e Diretor Financeiro.

Emerson Leopoldo Lima de Alencar

(Médio São Francisco)

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facape), Mestre em Solos e Nutrição de Plantas (UFC). Está cursando licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/EAD). No SindPFA, foi Delegado Sindical na regional do Médio São Francisco e foi eleito membro do Conselho Fiscal para a gestão de 2016-2018.

Emanuel Oliveira Pereira (Sergipe)

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especializado em Sistemas Pressurizados de Irrigação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e em Manejo de Água e Solo em Microbacias Hidrográficas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). No SindPFA, ocupa o cargo de Delegado Sindical na Superintendência de Sergipe e foi eleito Diretor de Política Sindical para a gestão de 2016-2018.

Equipe de trabalho

O SindPFA, enquanto entidade que representa a Carreira de Perito Federal Agrário, é composta pela Diretoria Colegiada, Assembleia Geral e Delegacias Sindicais, mas tem profissionais contratados para viabilizar a realização das atividades. A equipe do Sindicato é responsável por manter e zelar pela memória e patrimônio da entidade, executar os trabalhos determinados pela Diretoria eleita e facilitar a transição entre as gestões.

Na realização do II CNPFA, a pequena equipe de trabalho do Sindicato desdobrou-se para auxiliar a Diretoria Colegiada e a Comissão Organizadora em todas as etapas: local do evento, hotel (para congressistas e palestrantes), passagens aéreas (nacionais e internacionais), traslado aeroporto/hotel/local do evento, alimentação, infraestrutura, identidade visual, palco, áudio e vídeo, rede de internet, filmagem, fotografia, tradução simultânea, decoração, papelaria, credenciamento, emissão de certificados, homenagens, cerimonial, controle de presença, votação das propostas e atrações culturais. Dessa forma, foram eles os profissionais responsáveis por toda a estrutura montada para o evento e relacionamento com os PFAs congressistas.

Conheça a seguir os profissionais que atuaram no II CNPFA:

Kássio Borba • Coordenador

Formado em Comunicação Social pela Universidade Católica de Brasília (UCB), é Publicitário e Jornalista. Auxilia diretamente a Diretoria Colegiada no planejamento e na execução de todos os trabalhos e rotinas do Sindicato e atua na gestão da equipe de trabalho. Atuou nos macroprocessos, no Regimento e foi o autor da identidade visual do II CNPFA. Atuou ainda como Mestre de Cerimônia nas solenidades de abertura e encerramento do evento, no dia em que completou 4 anos de trabalho na entidade.

Gleici Santos • Secretária

Está no SindPFA desde maio de 2015. Com formação em Secretariado Executivo, atua na recepção, na agenda, na gestão do banco de dados dos sindicalizados, na expedição e guarda de documentos, no acompanhamento do Diário Oficial da União e no auxílio às demandas gerais do Sindicato. No II CNPFA, foi responsável pela emissão de passagens aéreas, pela gestão de pagamentos e acompanhamento dos serviços de hotelaria e traslado ao local do evento.

Karolyne Antunes • Estagiária de Comunicação

Estudante de Jornalismo da Universidade de Brasília (UnB), atuou na Assessoria de Comunicação do Sindicato, em trabalhos como o clipping, comunicação com os Delegados Sindicais, monitoramento das redes sociais, cobertura dos eventos, contato com a imprensa e publicação de notícias.



Wesley Valeriano • Assistente Administrativo

Graduado em Química pela Universidade de Brasília (UnB), atuou como Assistente Administrativo no SindPFA, auxiliando nas rotinas administrativas do Sindicato. No II CNPFA, trabalhou na confecção de documentos, na tabulação de informações de organizações e entes governamentais, na busca de parcerias, patrocínios e apoios, e no credenciamento do evento. Wesley foi Mestre de Cerimônia nos dias de painéis e mesas redondas.

Cléia Nunes • Analista de Eventos

É Engenheira Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (UCB), trabalha na Universidade de Brasília (UnB) e foi Conselheira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea/DF). Foi contratada especificamente para colaborar na organização e realização do II CNPFA e do I Encontro das Peritas, sendo a responsável pela busca, pelos contratos e pelo relacionamento com fornecedores, pela estrutura, logística de recepção, alimentação, hospedagem e transporte dos congressistas.



